

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e  
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a  
agricultura**

**Área Temática: Reforma Agrária  
Período de Análise: 01/08/2012 a 31/08/2012**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal Folha de São Paulo  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT

## **Índice**

Governo não prioriza Reforma Agrária , diz pesquisador ligado ao PT – Site do MST. 06/08/2012.....	4
Terra Legal e Incra ampliam atuação conjunta para regularização fundiária – Site do MDA. 06/08/2012.....	8
O descaso que gera os argumentos dos latifundiários e seus defensores. André de Oliveira e Jefferson Pinheiro – Site do MST. 07/08/2012 .....	9
Incra vai atuar no combate à pobreza rural – Site do MDA. 08/08/2012 .....	15
SDT e Incra debatem reforma agrária e política territorial – Site do MDA. 10/08/2012	17
Fórum pela Reforma Agrária é lançado e visa agilizar criação de assentamentos. Flaviana Serafim, Maria Angélica Ferrasoli e Marize Muniz – Site do MST. 14/08/2012 .....	17
Paralisação no Incra suspende inquérito. Fabio Fabrini – O Estado de São Paulo, Política. 14/08/2012 .....	19
Formatura de turma especial de Direito é conquista da reforma agrária – Site do INCRA. 15/08/2012.....	20
Protesto de sem-terra contra Dilma acaba em confronto em AL. Fábio Guibu – Folha de São Paulo. 18/08/2012 .....	21
Reforma agrária, Tocqueville e a esquizofrenia das elites. Gilson Caroni Filho – Carta Maior. 19/08/2012.....	22
Gilson Caroni Filho: Não há ‘Brasil sem miséria’ sem reforma agrária efetiva – Site do MST. 20/08/2012 .....	24
Reforma Agrária só será possível com a união dos movimentos. José Coutinho Júnior – Site da FETRAF. 20/08/2012 .....	25
Encontro Unitário lança declaração histórica em defesa da Reforma Agrária – Site do MST. 22/08/2012 .....	26
Incra desapropria 21 imóveis rurais em oito Estados – Folha de São Paulo, Poder. 22/08/2012.....	30
Incra anuncia primeira desapropriação desde 2011. Roldão Arruda – O Estado de São Paulo. 22/08/2012 .....	31
Aquisição de terras por estrangeiro no Brasil. José E. R. Vieira Filho – Valor Econômico. 22/08/2012 .....	31
Incra vai assentar mais 1.112 famílias em projetos integrados ao Brasil Sem Miséria – Site do MDA. 21/08/2012 .....	33
Incra vai assentar mais 1.112 famílias em projetos integrados ao Brasil Sem Miséria – Site do MDA. 21/08/2012 .....	34
Polícia barra invasão do Planalto por sem-terra. Kely Matos – Folha de São Paulo, Poder. 23/08/2012 .....	35
Decisão favorável ao Incra representa economia de milhões aos cofres públicos – Site do INCRA. 23/08/2012 .....	36

Incra busca parcerias com universidades – Site do MDA. 23/08/2012 .....	37
TRF reconhece regularidade do curso especial de direito para beneficiários da reforma agrária e agricultores familiares – Site do INCRA. 24/08/2012 .....	38
1 em 4 cidades registra área rural maior que território. Aguirre Talento e Helton Simões Gomes – Folha de São Paulo. 27/08/2012 .....	39
Cezar Britto sobre curso de Direito da Terra: a Justiça não deve ser um fenômeno urbano. Mayrá Lima – Site do MST. 28/08/2012 .....	41
Pronera pretende avaliar educação no campo após pesquisa – Site do INCRA. 28/08/2012.....	43
TO: Assentamentos estão isentos do pagamento de licenciamento ambiental – Site do INCRA. 29/08/2012.....	44
SE: Projeto apresenta alternativas produtivas para assentados do semiárido – Site do MDA. 30/08/2012.....	45
Procuradoria Federal do Incra tem nova chefia – Site do MDA. 30/08/2012.....	45
Ibama concede licenças ambientais para três assentamentos em Goiás – Site do MDA. 31/08/2012.....	46
MS: Reforma agrária volta a ser agilizada – Site do INCRA. 31/08/2012 .....	46
Incra e MPF iniciam entendimento para atuação na Amazônia Legal – Site do MDA. 31/08/2012.....	47
PB: Usina Tanques é de interesse social para a reforma agrária – Site do INCRA. 31/08/2012.....	48

## **Governo não prioriza Reforma Agrária , diz pesquisador ligado ao PT – Site do MST. 06/08/2012**

“A situação de sucateamento do Incra reflete, também, a exemplo do que ocorre com várias outras instituições do governo federal”, constata o presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra).

A opção do Estado brasileiro pela expansão do agronegócio e exportação de commodities para o mundo fez com que a reforma agrária deixasse de ser uma prioridade, “o que constringe parcela do PT”, aponta Gerson Teixeira.

Tal posição, assegura, “não pode ser assumida explicitamente por razões políticas. Então, se mantém o discurso do compromisso com a reforma agrária, mas se pratica o definhamento da capacidade operacional do órgão responsável pela sua execução”. O projeto do agronegócio reflete no Incra, que vem recebendo constantes críticas por causa da atuação nos últimos anos.

Na avaliação de Teixeira, a crise por que passa a instituição é consequência do fato de o Incra ter se transformado “em uma verdadeira confederação de autarquias estaduais para atender a interesses locais, em muitos casos, descolados do projeto nacional de reforma agrária”.

Para ele, o discurso de que a realização da reforma agrária tem alto custo financeiro é “falso”. “O que não dizem (e não enfrentam) é que esses custos nada têm a ver com as necessidades reais de financiamento da obtenção de terras e, tampouco, com as necessidades de recursos para o desenvolvimento dos assentamentos. Na verdade, esses custos refletem ralos institucionais que irrigam os cofres do latifúndio com recursos do Tesouro”, esclarece.

Na entrevista a seguir, concedida por e-mail para a IHU On-Line, Teixeira também analisa a atuação do MST no processo de reforma agrária, e diz que a posição do movimento é “difícil”. “A hegemonia absoluta do agronegócio lançou o MST para situação de impasse. Não pode aceitar essa estratégia que vem desde 2003, mas não pode se insurgir contra os aliados sob pena de várias consequências no campo institucional, inclusive, a de ficar vulnerável à sanha da direita pela criminalização das lideranças do Movimento”, assinala.

Gerson Teixeira é engenheiro agrônomo, especialista em desenvolvimento agrícola pela Fundação Getúlio Vargas (FGV/RJ), e doutorando em Teoria Econômica pela Universidade de Campinas (Unicamp).

### **Confira a entrevista.**

#### **A que atribui a crise vivenciada pelo Incra atualmente?**

A reforma agrária não é prioridade do governo, o que constringe parcela do PT. Contudo, essa posição não pode ser assumida explicitamente por razões políticas. Então, se mantém o discurso do compromisso com a reforma agrária, mas se pratica o definhamento da capacidade operacional do órgão responsável pela sua execução, e são mantidas legislações e normas sobre

a matéria, amplamente restritivas das possibilidades de mudanças estruturais na posse ou no uso da terra no Brasil.

Idealmente, desde os interesses do projeto estratégico que tem o agronegócio no seu núcleo, o Incra seria transformado em um órgão de terras de âmbito nacional com atribuições de política fundiária para regularizar posses e ocupações e, assim, garantir segurança jurídica para os investimentos capitalistas na agricultura.

### **Qual é a avaliação para os índices da Reforma Agrária no governo Dilma Rousseff terem sido os piores da última década?**

Como disse, a reforma agrária não está na agenda de prioridades do governo. E isso está desse modo por algumas razões. A central está associada ao projeto estratégico de interesse das empresas transnacionais que controlam de forma direta ou indireta o agronegócio brasileiro da "meia dúzia" de produtos nobres.

Afora outros fatores, a rendição interna a esse projeto traduziu a aceitação da tese sobre a inexorabilidade de um processo de primarização intensiva da economia por força da divisão internacional do trabalho, dada que no caso agrícola nos projeta como um "fazendão" do mundo.

E essa "duvidosa opção" foi facilitada pelo período recente de boom nos preços das commodities agrícolas, que tem proporcionado bilhões de dólares para o país em receitas das exportações agropecuárias, o que têm sido fundamental para a administração das transações correntes.

Essa estratégia levou à plena abertura ao capital externo, inclusive na apropriação das terras. Foram desenvolvidos amplos e diversificados instrumentos de estímulos econômicos e financeiros ao agronegócio, com inovações recentes introduzidas pelo Novo Código Florestal para os agronegócios verdes tendentes a estimular fenômeno de reconcentração fundiária. Foi flexibilizada a política ambiental; estabelecido estado de vulnerabilidade para as áreas protegidas como um todo; implementado o PAC para permitir a saída pelo Pacífico para os produtos primários brasileiros; e viabilizada a criação de "empresas brasileiras de classe mundial" para a disputa desses mercados.

### **Mudança política**

Por razões óbvias, esse cenário não comporta uma política efetiva de democratização da terra e das políticas agrícolas. Primeiro, por que iria transferir para os camponeses fração do território rural cada vez mais disputado pelo empreendimento capitalista e, segundo, pelo fato de que iria desagradar a extensa base ruralista do governo com as consequências previsíveis no Congresso.

Contudo, no plano do discurso, destaco os falsos argumentos de cunho fiscalista usados para a demonstração dos custos exorbitantes do programa de reforma agrária. O que não dizem (e não enfrentam) é que esses custos nada têm a ver com as necessidades reais de financiamento da obtenção de terras e, tampouco, com as necessidades de recursos para o desenvolvimento dos assentamentos.

Na verdade esses custos refletem ralos institucionais que irrigam os cofres do latifúndio com recursos do Tesouro. Temos a excrescência dos juros compensatórios que incidem sobre os valores da desapropriação, desde a data da contestação judicial pelos latifundiários dos preços ofertados pela terra pelo governo, até o dia o dia do efetivo pagamento definido pela Justiça.

Essa verba infla de forma exponencial, indevida e imoral o custo do programa de reforma agrária. Enquanto a Selic está em 8% ao ano, os juros compensatórios alcançam 12% aa. Na média, aumentam em mais de 50% o valor principal da indenização.

No ano passado os trabalhadores lutaram e conseguiram reforço orçamentário de R\$ 400 milhões para o Incra, mas foram os advogados dos fazendeiros que comemoraram. Raspam quase tudo por ordem judicial. Considere-se também a remuneração excessiva dos Títulos da Dívida Agrária – TDAs em alguns casos, corrigidos pela TR+6%. Enfim, são anomalias em benefício do latifúndio que encarecem o programa e que ardilosamente são usadas para condená-la.

**Há anos fala-se que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra trata-se de um órgão sucateado e inoperante. Nesse tempo todo não foi possível torná-lo um instrumento mais eficaz? O que acontece com o Incra?**

Além de refletir a periferização política da reforma agrária, a situação de sucateamento do Incra reflete também, a exemplo do que ocorre com várias outras instituições do governo federal, o resultado das reformas neoliberais empreendidas pelo governo FHC. Esse governo promoveu a distinção ridícula entre carreiras de Estado e de governo, criando uma burocracia de segunda classe da qual o Incra faz parte.

Para restabelecer um padrão mínimo da sua capacidade operacional para a missão da reforma agrária, haveria a necessidade de várias medidas do governo, tais como a requalificação profissional, concurso público para a reposição do enorme hiato de quadros que se aposentaram ou estão em processo; revisão das desigualdades remuneratórias internas; e definição de plano de cargos e salários compatíveis com a missão.

Além disso, o Incra precisa de modernização tecnológica e de condições de logística capaz de dar suporte às suas atividades.

**Uma das razões para o travamento do Incra estaria no fato de que se transformou num espaço de disputa entre correntes internas do PT e do MST. Como o senhor vê essas disputas e que prejuízos trazem para a reforma agrária?**

Na verdade, a disputa pelo Incra, em especial, pelas superintendências estaduais, envolve todos os partidos da base do governo. Por conta disso, o restante do corpo do Incra não responde à cabeça, criando, assim, situação insuperável de impasse administrativo.

Nos estados, os dirigentes do Incra respondem aos grupos que lhes dão sustentação, por vezes simplesmente sobrepondo o comando central. Assim, o Incra foi se transformando em uma verdadeira confederação de autarquias estaduais para atender a interesses locais, em muitos casos, descolados do projeto nacional de reforma agrária.

**Quais foram as mudanças introduzidas por Dilma Rousseff no Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e no Incra? Comenta-se que a presidente deseja uma reforma agrária que se oriente por decisões mais “técnicas”. Que orientações são essas?**

A presidente tem razão ao exigir eficiência e competência nas ações do Incra e MDA. Contudo, isso depende das medidas antes colocadas de recuperação do Incra, no caso, e de revisão da legislação que inviabiliza financeiramente a reforma agrária.

O fato novo é que, neste momento, com um presidente do Incra organicamente ligado à Democracia Socialista – DS do RS, certamente será quebrada a relação de desconfiança política que há muito prevalece entre ministros do MDA e presidentes do Incra, de outras correntes do PT e com maiores afinidades com os movimentos sociais.

Contudo, trata-se de uma mudança que não tem nenhum significado em termos de mudança de postura em relação à reforma agrária. Até poderemos ser surpreendidos com alguma recuperação da performance do programa de reforma agrária, nos limites aceitáveis pelo projeto estratégico do agronegócio, mas isso não será em decorrência substancial da mudança no comando do Incra.

**Por outro lado, Dilma vê a reforma agrária como uma linha auxiliar ao seu projeto de Erradicação da Miséria. É correta essa visão?**

Um verdadeiro programa de reforma agrária é essencial para a superação da miséria e para outro projeto de nação no Brasil. Com o que temos tido mais recentemente atenuam-se os efeitos da miséria, mas sem superá-la sequer entre as famílias assentadas que, em parte, notadamente na Amazônia, apresentam-se em condições materiais que constroem os indicadores básicos da cidadania.

**Qual a avaliação o senhor faz sobre a posição do MST diante dos resultados pífios da reforma agrária no governo Dilma? Muitos consideram que o Movimento está muito cordato com a presidente.**

A posição do MST é difícil. A hegemonia absoluta do agronegócio lançou o MST para situação de impasse. Não pode aceitar essa estratégia que vem desde 2003, mas não pode se insurgir contra os aliados sob pena de várias consequências no campo institucional, inclusive, a de ficar vulnerável à sanha da direita pela criminalização das lideranças do Movimento.

Como alternativa ao arrefecimento da luta pela terra, o MST passou a combater fortemente o agronegócio. No entanto, ainda que refletindo diagnóstico tecnicamente correto, no plano político essa reorientação das lutas não acumulou ao ponto de impor qualquer ameaça ao agronegócio. Tanto que, por exemplo, nos anos recentes passamos a liderar o consumo mundial de agrotóxicos.

A luta pela terra, além de ter proporcionado a cultura que permeou o desenvolvimento do MST e a sua ampla legitimação política, é a luta que unifica todos os movimentos de origem camponesa. Além do mais, ampliar a participação dos camponeses na apropriação dos territórios significa muito mais que uma conquista corporativa dos camponeses.

Bem mais, também, que uma justa e necessária conquista relacionada à distribuição mais simétrica da terra. Sobretudo, a expansão do território camponês é um ato pela soberania nacional no controle do nosso território e da riqueza e diversidade dos nossos recursos naturais, atualmente sob fortes ameaças de controle externo.

Enfim, a luta pela terra potencializa as disputas com o próprio agronegócio e, por extensão, possibilita condições de luta por um modelo de agricultura em maior grau de harmonia com o meio ambiente e com os propósitos da segurança e mesmo da soberania alimentar.

---

### **Terra Legal e Incra ampliam atuação conjunta para regularização fundiária – Site do MDA. 06/08/2012**

A atuação conjunta da Secretaria de Regularização Fundiária na Amazônia Legal do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no processo de regularização fundiária na Amazônia Legal foi o tema do encontro na tarde desta segunda-feira, 6, entre o secretário extraordinário Sérgio Lopes e o presidente do Incra, Carlos Guedes. “O resultado dessa reunião com o novo presidente do Incra é positivo, afinamos muitos assuntos que vão auxiliar no avanço da regularização fundiária na Amazônia”, avaliou o secretário ao lembrar da importância da ação conjunta entre o Terra Legal e o Incra.

Para Carlos Guedes, o momento é de ampliar o processo de governança fundiária, com o empenho do Terra Legal e do Incra. “Temos um compromisso de colocar toda a estrutura do Incra à disposição do MDA para acelerar a regularização fundiária na Amazônia”, destacou.

Um dos pontos acertados na reunião foi a unificação das bases cartográficas do Incra com as do Terra Legal e da Secretaria de Reordenamento Agrário do MDA (SRA/MDA). “Essa medida constitui uma visão geral sobre a governança fundiária tanto na Amazônia como em todo o país”, salientou Carlos Guedes. O processo de unificação das bases cartográficas vai utilizar a ferramenta já empregada pelo programa Terra Legal, o i3Geo, software disponibilizado no Portal do Software Público Brasileiro.

Também foram acertados os detalhes da ação conjunta entre o Terra Legal, Incra e o governo de Rondônia, com início previsto para este mês. A ação integrada vai atuar tanto na regularização fundiária dos ocupantes de glebas federais quanto na regulação de títulos expedidos pelo Incra nas décadas de 1970 e 1980, com prioridade para solucionar as áreas onde existam conflitos sociais.

#### **Atuação na região do Xingu**

Outro tema discutido foi a ampliação do trabalho já realizado por ambos os órgãos dentro do Território da Cidadania Transamazônica. O tema foi tratado durante reunião com representantes do Comitê Gestor do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRS Xingu).

O Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRS Xingu) foi instituído pelo Decreto nº 7.340 de 2010 com a finalidade de promover políticas públicas que resultem na melhoria da qualidade de vida da população que habita sua área de abrangência – Altamira,



Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu, todos no Pará.

Em maio de 2011 foi constituído o Comitê Gestor do PDRS Xingu que orienta programas, projetos e ações federais que estão sendo implantados na região. O comitê gestor é composto por cinco representantes do governo federal, cinco representantes do governo do estado do Pará e cinco representantes dos municípios de abrangência do plano. Por parte da sociedade civil, 15 instituições de diversos setores da sociedade compõem o comitê gestor. Também participam das reuniões um conjunto de convidados permanentes de instituições públicas e da sociedade civil.

### **Programa Terra Legal Amazônia**

Criado em 2009 e coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Programa Terra Legal Amazônia tem como objetivo regularizar áreas e imóveis localizados em terras públicas federais não destinadas na Amazônia Legal. Incluem-se nessa classificação aquelas que não sejam consideradas reservas indígenas, unidades de conservação, marinha, locais reservados à administração militar e florestas públicas.

Produtores da agricultura familiar e comunidades locais têm prioridade no atendimento do Terra Legal. Os benefícios do programa são diversos, com destaque para a redução do desmatamento e o aumento da produtividade dos agricultores familiares. Ao receber o título de posse do terreno, o dono se compromete a cumprir os requisitos legais, como a manutenção da área de preservação permanente ou a reflorestar a área desmatada.

---

### **O descaso que gera os argumentos dos latifundiários e seus defensores. André de Oliveira e Jefferson Pinheiro – Site do MST. 07/08/2012**

É noite ainda, mas na casa de Rosa Maria da Rosa todos se movimentam como se já fosse dia. Com a cara amassada de sono, esfregando os olhos e tossindo, o pequeno Abraão resmunga que está muito cansado. A mãe diz que é preciso ir, e o ajuda a colocar o casaco pesado. Depois, é a vez de pôr uma segunda calça sobre a primeira. Faz muito frio e nem é inverno – estamos na metade de maio. Daqui a algumas semanas será pior.

O menino quase dorme em pé enquanto escova os dentes e reclama da água gelada. Rosa tenta animá-lo. Encolhido e de chinelos, ele senta na beira do fogão à lenha, segue tossindo, boceja, espirra, bufa. Seu corpo de criança de 6 anos pede pra voltar pra cama.

Gabriela, a irmã mais velha, de 11 anos, vai se arrumando quase calada e sorri a cada vez que Abraão se queixa. É ela quem abraça Marta, a bebê de 3 meses, traz pro colo e beija. E com a boca roxa do gelo anuncia: – já são cinco e dezesseis!

Um cão insistente chora lá fora. Marta quer o peito agora, mas já não dá tempo. Enrolada no cobertor, ela vai para dentro do carrinho de bebê. A mãe fecha o cadeado na porta, Gabriela sem um casaco treme. Tudo é escuro no pampa gaúcho quando os quatro mergulham nas estradas de chão do Assentamento Caiboaté, município de São Gabriel, Fronteira-Oeste do Rio Grande do Sul.

São sete quilômetros de terra e geada até o cruzamento onde passa o ônibus escolar. O carrinho

da bebê vai trepidando sobre as pedras enquanto Rosa dança desviando das maiores. O menino se esforça para acompanhar o passo. Quando fica para trás, corre.

“Tem horas que me dá vontade até de chorar na estrada também, quando o Abraão chora. Porque ele é pequeno, dói as pernas. E a gente sabe que tem que forçar a ir”, desabafa a mãe. É difícil aceitar que os filhos sofram assim, já que a lei assegura o transporte escolar para que não caminhem tanto.

“A única coisa que dizem é que não podem fazer nada. A Prefeitura (de São Gabriel) fala que dentro do assentamento é o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) que tem que resolver. O Incra diz que não tem dinheiro. Disseram para nós que depois que arrumassem as estradas o ônibus ia entrar pra pegar as crianças. Depois disseram que não podiam por causa da chuva. Fazem o contrário do que dizem. Às vezes dá até uma revolta na gente.”

Assim começa o jogo de empurra-empurra. A Prefeitura, responsável pelo transporte escolar, acusa o Incra de não melhorar as péssimas condições das estradas internas dos assentamentos, afirmando que os ônibus da sua frota não têm condições de trafegar.

O prefeito Rossano Gonçalves (PDT) recorre a números para explicar o problema: “Temos 15 ônibus próprios e 14 terceirizados para o transporte de cerca de mil jovens do meio rural, percorrendo um total de 3,5 mil km diários”. Não há um que passe perto da casa de Abraão. “Para isso precisaria de veículos tracionados, que nós não possuímos”, afirma Gonçalves.

O Incra informa que no planejamento dos assentamentos não há verba para resolver o problema do transporte escolar interno provisoriamente, e que a construção das estradas sofreu atraso, cortes orçamentários e problemas de execução.

No entanto, o que se passa com a família de Rosa é regra nos oito assentamentos do município. Algumas crianças caminham até 10 km para chegar ao ônibus escolar. A negligência se repete há três anos e meio, desde que as 125 crianças assentadas em idade escolar chegaram aos lotes do assentamento Conquista do Caiboaté.

Muitas famílias estão se separando dos filhos, deixando-os na casa de parentes ou amigos para que fiquem mais perto da estrada. Algumas não colocam os filhos na escola porque não conseguem levá-los até lá. O Conselho Tutelar pressiona as famílias para que ninguém falte às aulas, mas não se envolve com a solução do problema. E quando um assentado resolveu levar seus filhos de carroça, foi advertido pelo Conselho de que seria responsabilizado por qualquer acidente no trajeto.

Na tentativa de amenizar o sacrifício, as aulas acontecem apenas três vezes por semana. As Secretarias Estadual e Municipal de Educação tentaram estabelecer uma carga horária ampliada para atingir as 800 horas previstas no ano letivo, mas a falta de estrutura nas escolas não permitiu que as crianças usassem os dois turnos. Não havia espaço. Depois de um ano de insistência das escolas, a 18ª Regional do Conselho Estadual de Educação, responsável pelos alunos de São Gabriel, autorizou o descumprimento da carga horária mínima. Hoje, os alunos têm um déficit educacional de quase a metade do mínimo previsto em lei. “Fazer o quê? Eles têm que aprender, para terem um futuro melhor do que nós temos hoje”, diz Rosa.

Jacques Alfonsin, um Procurador do Estado aposentado e assessor jurídico de movimentos

populares, entre os quais o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST/RS), diz que a situação só chegou a este ponto porque o próprio Conselho Superior do Ministério Público Estadual, em conjunto com a Secretária de Educação do governo Yeda Crusius (2007-2010), acabou com as escolas itinerantes dos sem terra, proibindo-as de funcionar nos locais onde a rede de ensino não está estruturada: “Para eles, era preciso acabar também com a possibilidade de essas crianças serem influenciadas por uma pregação ‘subversiva’, de ‘esquerda’, capaz de desviar suas mentes inocentes da devoção à lei, à ordem, à segurança, à liberdade, palavras costumeiramente pronunciadas de boca cheia por quem nunca teve a própria vazia”.

Sobre a dificuldade dos estudantes, diz o advogado Alfonsin: “Se alguém pretendesse conhecer mais de perto a dura realidade das crianças assentadas em São Gabriel, constataria que muito bicho está sendo bem melhor tratado do que elas. Touros e cavalos de latifundiários, sem dúvida.”

### **Trabalhando noutras terras**

Normalmente, o agricultor assentado chega ao seu lote sem capital. Foram anos de acampamento em que, se tinha alguma posse, foi preciso vender tudo para se manter durante o período de luta pela terra. E a terra necessita de tempo para dar retorno econômico ao agricultor. Mas sem equipamentos e recursos é quase impossível. Como não se consegue viver do próprio lote nos primeiros anos, a principal alternativa que resta aos assentados é buscar trabalho fora dos seus lotes.

Enquanto Rosa madruga com seus filhos para levá-los à escola em São Gabriel, seu companheiro Lori acorda a 560 quilômetros dali, em Vacaria, do outro lado do Estado. Ele tira o sustento da família da colheita da maçã, uma atividade altamente prejudicial à saúde por conta do uso extensivo de venenos aplicados nas árvores, inclusive na hora de colher as frutas do pé.

São 60 dias direto dentro dos pomares, tendo para descansar apenas os alojamentos compartilhados. Rosa defende o trabalho do marido: “A maioria do pessoal aqui, se não sai pra trabalhar passa fome. O nosso plantio perdemos tudo. Plantamos com o recurso do meu marido no trabalho de Vacaria. Se não fosse ele, nós já tínhamos desistido. Quem está aqui ainda é por coragem mesmo ou porque não tem pra onde ir. O Inca nem sequer vem aqui”.

É também da colheita da maçã que Eleara Padilha traz para a família o dinheiro que lhes falta. Sem tradição na agricultura, a família está se adaptando à vida rural do jeito que pode. Mesmo depois de abandonar a periferia de Canoas, na região metropolitana de Porto Alegre, e passar pelos acampamentos de lona preta, a família aprendeu muito pouco sobre como manejar um lote agrícola.

No assentamento, um lugar à beira da estrada RS-630 lhes proporcionou montar uma pequena oficina onde Dejair Machado (o Doca), companheiro de Eleara, constrói carroças, faz soldas, remenda pneus e conserta tudo o que aparecer: “Tenho essa renda do dia a dia, que nos ajuda a sobreviver, mas não é o suficiente. Só de luz, tem mês que pagamos R\$ 100. E temos quatro filhos. Se fosse só para comer, minha renda daria, mas precisamos de roupa, calçados... Chegamos num dezembro, e já em janeiro a Eleara foi pra Vacaria para podermos comprar os materiais dos meninos, o nosso fogão e outras coisas para a casa, pois não tínhamos nada.”

Emerson Ricardo Coelho (conhecido como Faísca) conseguiu trabalho mais perto, na carvoaria vizinha ao assentamento Itaguaçu, onde trabalha– e respira a fumaça intoxicante – como diarista para ganhar uns trocados. Mas faz isso apenas esporadicamente.

Entre os assentados, há muita concorrência por uma vaga nos fornos, mas a atividade não pode ser efetiva, porque é vetado que se assine carteira ou se trabalhe fora da sua terra por um período superior a 90 dias. Se isso acontece, o assentado perde o lote, que é colocado pelo Incra à disposição de outra família interessada, através de edital. “Minha família não quis vir, estão vendo o sofrimento que estou passando. Eu ligo e eles me conseguem alguma coisa de dinheiro. Não adianta, tá horrível mesmo. Eu só queria que o Incra nos enxergasse”, diz o agricultor. “Me sinto como se tivesse sido atirado aqui há quatro anos”. Ele diz que nunca recebeu um centavo de recurso público para estruturar uma produção.

Assim, muitos assentados muitas acabam indo trabalhar em grandes propriedades e outros negócios. Mas, para o Incra, não há contradição com a ideia essencial de reforma agrária – dar autonomia para as famílias. Diz o superintendente regional do Incra, Roberto Ramos: “Obviamente que a gente não vê isso com bons olhos, não recomenda. Mas se a realidade é esta, ninguém vai ficar passando fome à espera. Se as coisas estão atrasadas, estão demorando, tem que dar o seu jeito.”

### **Prometeram R\$ 60 milhões, entregaram R\$ 7**

“Ao assentar aproximadamente 580 famílias [pelos dados do Incra foram mais de 700] numa das regiões mais pobres do Estado e dominada por latifúndios improdutivos, tinha-se a intenção de colocar ‘uma estaca no coração do latifúndio!’ O que presenciamos hoje é o descaso que fundamenta os argumentos dos latifundiários e seus defensores, que acusam os assentamentos de ‘favelas rurais’”, dizia um manifesto feito por assentados da região que ocuparam, em abril deste ano, a principal praça de São Gabriel para protestar contra o abandono.

Crianças que acordam de madrugada e caminham quilômetros para chegar ao ponto do ônibus, estradas precárias ou ainda no papel, falta de água potável e energia elétrica, lotes não demarcados por anos, famílias ainda morando em barracos de lona porque não receberam dinheiro para construir suas casas, atraso no repasse das verbas para a produção de alimentos. A lista de problemas é extensa. A esperança vai sendo minada, dia após dia, mês após mês, ano após ano. Em alguns assentamentos a desistência foi de 70% das famílias assentadas, que sem condições de permanência nos lotes voltaram para a periferia das cidades.

As famílias que permanecem esperam até hoje pelas promessas feitas em dezembro de 2008 pelos então presidente do Incra, Rolf Rackbart, e o Ministro de Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel. Na cerimônia de transferência da posse, Cassel afirmou aos recém-assentados que haveria R\$ 60 milhões de reais em investimentos num prazo de até três anos (completados em dezembro de 2011), o que transformaria a economia local.

“Esta é uma região que precisa produzir mais, que precisa produzir mais alimentos. E sempre que a reforma agrária chega numa região, traz consigo desenvolvimento, acelera a economia, e é isso que a gente quer ter aqui em muito pouco tempo. Quero voltar aqui daqui um ano ou dois e ver isso aqui produzindo mais. Aqui era um grande latifúndio que faliu. Do ponto de vista econômico, prejudica o país. O que a gente quer é nessa área que está abandonada botar gente.

Aqui, mais de trezentas famílias vão produzir, as pessoas vão ter trabalho, renda e toda a sociedade vai ganhar com mais produção de alimentos”, saudava Cassel na época.

Mas até agora foram aplicados apenas 7 milhões de reais. O prefeito de São Gabriel, Rossano Gonçalves, conhecido por estar politicamente no terreno oposto ao MST, critica o governo federal: “Por não terem a infraestrutura necessária, os assentados não conseguiram agregar nada economicamente ao município. Essas terras que foram desapropriadas eram produtivas para arroz, soja, trigo e pecuária. É natural que os assentamentos em construção e buscando emancipação tivessem dificuldades. Mas falta até para culturas de subsistência. Há muito pouca horta, criação de porcos e galinhas. Os assentados estão limitadíssimos”.

Se a reforma agrária agoniza, não está morta. Nacionalmente, mesmo com os poucos investimentos do governo para a distribuição de terras e concessão de créditos aos assentados (houve um contingenciamento de mais de 70% do orçamento do órgão este ano), o Incra já distribuiu, desde 1985, uma área entre 10 a 15% do território produtivo do país, e é responsável por políticas que atendem um milhão de famílias. Destas, pelo menos 300 mil foram assentadas como resultado de ações organizadas pelo MST.

No Rio Grande do Sul, o superintendente do Incra/RS, Roberto Ramos sinaliza que, agora, os investimentos devem migrar da obtenção de novas áreas para melhorar os assentamentos que já existem. Ramos estima que já no final deste ano não haja mais famílias sob barracos de lona no Estado. Essa também é a expectativa do MST e a promessa do governador Tarso Genro – ele prometeu e acabar com os conflitos agrários no Estado até o final de seu mandato, assentando todas as famílias que ainda estão em beiras de estrada, que não chegam a mil.

### **A política do abandono**

Ramos reconhece que o tempo ideal para construir a infraestrutura de um assentamento é de dois anos. Mas estima que os assentamentos de São Gabriel terão toda a infraestrutura depois de cinco ou seis anos. Ainda assim comemora, dizendo que na maioria dos casos é muito mais demorado: “Isso não é um demérito para a reforma agrária, é a dificuldade do nosso meio rural. Tem bolsões de miséria de agricultores familiares em varias regiões, ainda com dificuldade de saneamento, com falta de água, de luz elétrica.” No caso dos assentamentos, ele diz que a culpa é da burocracia. A primeira coisa a se fazer são as estradas, e todo o resto depende delas estarem prontas. Mas para que sejam feitas é preciso realizar antes o estudo da área com seus impactos ambientais e desenvolver o projeto de construção, depois vem a licitação, e ainda pode esbarrar na falta de recursos, o que aconteceu em 2011, por conta da mudança de governo.

O dirigente do MST Cedenir de Oliveira conta que, no Estado, há assentamentos com 20 anos que ainda não têm estradas e água encanada. Em São Gabriel, ao longo dos anos a pouca mão de obra usadas nas grandes propriedades esvaziou o campo, e toda a rede de serviços foi fechada ou precarizada – foi o que levou, por exemplo, à ausência de escolas.

Marcelo Trevisan, o coordenador do Instituto que há poucos meses é o responsável pelas demandas da região, diz que “do nosso ponto de vista, São Gabriel não é e não pode ser vista como símbolo de fracasso”: “A visão de acerto ou erro não está diretamente ligada à aplicação de mais ou menos recursos, mas sim a um cronograma de trabalho sério que está sendo feito, não só pelo Incra/RS, mas pelas famílias e os parceiros que temos”, diz ele, enquanto vai

enumerando as equipes disponibilizadas pelo órgão estatal: duas equipes trabalhando estradas, uma equipe trabalhando os bueiros das estradas, duas equipes de demarcação, uma equipe de parcelamento, uma equipe discutindo e readequando o assentamento Madre Terra, outra trabalhando o parcelamento e demarcação do assentamento Cristo Rei (último a ser criado), funcionários das concessionárias de energia fazendo adequações nos assentamentos e equipes de assistência técnica circulando.

Visão completamente diferente tem Sérgio Pinto, presidente da Associação dos Servidores do Incra/RS e líder da greve iniciada em julho. “A reestruturação do Instituto é importante para atender estes assentamentos que estão aí praticamente no abandono, porque não tem servidor, não tem orçamento, e o corte de custeio impacta diretamente no atendimento. São Gabriel escancara tudo isso, as famílias estão mal assistidas”.

Em 2008, o ano das promessas, o Incra/RS criou um escritório que iria centralizar todas as ações para a região. “Hoje nós só temos um supervisor neste escritório, que atende a 700 famílias. Ele está sobrecarregado, é uma infinidade de problemas e os recursos não têm chegado porque o orçamento foi reduzido. E isso é uma regra geral”, garante Pinto.

Os servidores do Incra, em greve desde o início de julho, denunciam que entre 1985 e 2011 o órgão teve o número de servidores reduzido de 9 mil para 5,7 mil, enquanto sua atuação foi acrescida em 32,7 vezes – saltando de 61 municípios para mais de 2 mil, com um aumento de 124 vezes no número de projetos de assentamentos.

Até o superintendente regional, Roberto Ramos, faz coro à mobilização dos servidores: “O que queremos da reforma agrária? Se eu opto por não mais assentar famílias é porque o meu projeto de desenvolvimento não precisa de mais gente no meio rural. Então qual é a outra forma de inclusão? Não podemos admitir que se pare com a reforma agrária para dar Bolsa Família. Esta é a resposta que o governo ainda deve para os servidores do Incra e para sociedade como um todo: qual o espaço do Incra e da reforma agrária neste governo?”, desabafa.

Os assentados, claro, apoiam as reivindicações dos funcionários: “Não tem como viabilizar a reforma agrária se não viabilizar um órgão governamental que dê conta de assumir a responsabilidade. No momento que a gente se mobiliza e o governo diz ‘certo, vamos atender a pauta de vocês’, mas as condições são estas, e na prática não revigora o Incra, o governo simplesmente está dizendo que as coisas vão andar no ritmo deles e não no ritmo da nossa necessidade”, aponta Isaias Darlan, um dos coordenadores do assentamento Madre Terra, informando que, no papel, os planos de desenvolvimento preveem que cada assentamento receberia verba para habitações, estradas, transporte escolar e três parcelas de fomento liberadas até o final de um ano.

Ramos garante que sozinho o Incra não tem condições de fazer tudo. “Ou outras instituições, órgãos públicos e ministérios se aliam para contribuir com a melhoria da qualidade (de vida) das famílias assentadas, ou acontece também o que está acontecendo lá. O Incra não tem instrumentos, não tem gente e nem recurso pra fazer num curto espaço de tempo tudo o que é necessário”.

Trevisan, o coordenador do Instituto na região, completa: “É o Incra que tem que resolver o problema das escolas? Quem é responsável por colocar a escola e o transporte escolar são as secretarias municipais e estaduais de educação. É interessante, eu estive esses dias no assentamento Itaguaçu. Antes, diziam (a Prefeitura) que não podiam entrar dentro do

assentamento, não tinha condições do transporte escolar entrar em nenhuma parte. Todo mundo tinha que ir até o início do assentamento pra pegar o ônibus. Após uma audiência pública convocada pelo Ministério Público Estadual (MPE/RS) estão fazendo o trajeto interno. Se pode hoje, então por que não podia há dois meses atrás?”, deixa no ar a questão.

O chamamento do MPE/RS a que Trevisan se refere ocorreu depois que representantes da Procuradoria Geral do Estado, da Procuradoria da República, de Secretarias do Estado, do município de São Gabriel, da Promotoria de Justiça local, representantes do Incra, MST, ONGs e o deputado federal Dionilso Marcon (PT-RS) – ele também um assentado – realizaram uma visita de inspeção no dia 4 de junho.

Com o diagnóstico da situação de emergência e afronta aos direitos fundamentais, o procurador geral do Estado, Eduardo de Lima Veiga, conduziu três audiências em Porto Alegre, entre 25 de junho e 30 de julho. “Foram reuniões em que se poderia sair com todos os problemas resolvidos. Estavam ali quem tem o dinheiro, quem pode operacionalizar, quem libera para abrir mão de licitação, nós que poderíamos nos organizar para ajudar”, diz Cedenir, o dirigente estadual do MST, que estava presente no encontro.

Lisiane Vilagrande, a promotora de Justiça de São Gabriel para Infância e Juventude pensa que o problema é anterior: “Me parece evidente a afronta aos direitos fundamentais, do ponto de vista da dignidade da pessoa humana. A questão é: como se permite a colocação dessas pessoas num local sem a mínima estrutura? Eu critico a decisão de se autorizar isso. Me parece que não se poderia permitir a presença de pessoas num projeto de assentamento e, sim, num assentamento. Essas pessoas deveriam ter vindo para cá já com água, luz, com acesso ao crédito, coisa que muitos estão obtendo só agora, três anos depois, e de forma insuficiente”.

As reuniões, até agora, conseguiram apenas informar um órgão ao outro o que este poderia estar fazendo. O Ministério Público Estadual fez uma recomendação de emergência ao governador do Estado e ao Tribunal de Contas para que a Secretaria de Educação do Estado pudesse imediatamente construir escolas dentro dos assentamentos. Mas pra isso dependeria do INCRA terminar a abertura das estradas e fornecer o transporte interno aos alunos, já que a Prefeitura diz que não pode buscar as crianças dentro das áreas porque não tem os veículos adequados aos terrenos. E o INCRA saiu da última audiência apenas afirmando que vai avaliar a possibilidade de usar recursos de contratos de transporte que já existem, para oferecer às crianças. “Se alguma obra da Copa do Mundo ficar com alguma dificuldade de operação, você tenha a certeza que aquele mesmo grupo ali reunido resolve o problema”, diz Cedenir.

---

### **Incra vai atuar no combate à pobreza rural – Site do MDA. 08/08/2012**

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), autarquia ligada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), vai antecipar para julho de 2013 a meta para identificar 50 mil famílias já assentadas em condição de extrema pobreza e levar a esses assentamentos uma série de medidas do governo para reverter essa situação. Por outro lado, as 14 mil famílias que serão assentadas em projetos criados em 2011/2012 já ingressarão nessa nova sistemática.

As medidas foram aprovadas nesta quarta-feira, 8, em Brasília, pelo plenário do evento Diálogos Governo-Sociedade Civil: Brasil Sem Miséria, promovido pelo Ministério do

Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e pela Secretaria-Geral da Presidência da República.

Representando o MDA e o Inbra, o presidente da autarquia, Carlos Guedes, participou pela manhã do grupo de trabalho que debateu a inclusão produtiva rural. Ele explicou que as novas orientações simbolizam a entrada efetiva do Inbra no Plano Brasil Sem Miséria (PBSM). “É o Inbra se manifestando como o instituto da superação da pobreza extrema do Brasil rural”, afirmou.

Também participaram do encontro representantes dos outros ministérios envolvidos no Plano Brasil Sem Miséria (Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Integração Nacional e Meio Ambiente), além de organizações da sociedade civil, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Fetraf), entre outras.

#### Medidas integradas

Por se tratar de um conjunto de medidas integradas, ficou definido que o tema da moradia nos assentamentos ficará a cargo do programa Minha Casa, Minha Vida. Já o abastecimento será feito por meio do Água para Todos e as estradas pelo PAC 2 Infraestrutura.

Os assentamentos também terão assistência técnica diferenciada com acompanhamento qualitativo. “Vamos implementar um programa de assistência com características do Plano Brasil Sem Miséria”, pontuou Guedes. Os assentamentos contemplados com o Bolsa Verde, que atende, entre outros grupos, a populações extrativistas, também receberão assistência diferenciada.

Outra meta estabelecida é a ampliação da oferta de alimentos no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Hoje, 15 mil famílias assentadas fornecem ao programa. A meta do Inbra é triplicar esse número para 45 mil famílias já em 2013, ante a previsão inicial de 2014. Outra meta definida prevê que as famílias acampadas, mas prestes a serem assentadas e que compõem o Cadastro Único ou o Bolsa Família, serão qualificadas em cursos do Pronatec, com recursos do Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária (Pronera).

As ações e metas apresentadas pelo presidente do Inbra foram bem recebidas pelas organizações da sociedade civil presentes, que fizeram críticas e sugestões. “Não é possível discutir a pobreza no campo sem debater suas causas, dentre as quais a concentração de terras”, disse o representante do Movimento Camponês Popular (MPA), Altacir Bunde. O presidente do Inbra concordou, reiterando que a “concentração fundiária é a principal causadora da pobreza extrema no país”. Para discutir mais a questão, além de outros temas, Guedes convidou os movimentos sociais a participarem da reunião do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural e Sustentável (Condraf), que ocorrerá nos dias 11 e 12 de setembro. “Lá, poderemos acolher o que foi dito aqui”, reforçou.

Nessa terça-feira, 7, Carlos Guedes reuniu os superintendentes regionais por meio de videoconferência para repassar as novas orientações, que já estão em andamento. Na próxima segunda-feira, 13, Guedes vai inaugurar, no município de Caruaru (PE), um Projeto de Assentamento nos moldes das mudanças estabelecidas.

---



## **SDT e Incra debatem reforma agrária e política territorial – Site do MDA. 10/08/2012**

Nesta quinta-feira, 09, foi realizada a primeira reunião entre a Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA) e o novo presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Carlos Guedes. O objetivo do encontro foi debater a integração da reforma agrária com a política do desenvolvimento territorial.

Durante a reunião, Carlos Guedes falou da relação das ações do Incra com o Plano Brasil Sem Miséria (PBSM). “O Instituto tem a meta de triplicar o número de assentados atendidos, de 15 mil para 45 mil e, nessa estratégia, pretendemos combinar o trabalho de assistência técnica com a comercialização”, afirmou ele. A proposta do novo presidente é integrar as ações do Incra com as ações do MDA.

O secretário de Desenvolvimento Territorial, Jerônimo Rodrigues, avaliou o encontro como muito oportuno, pois aproxima a política de desenvolvimento territorial das ações do Incra. “O debate sobre a reforma agrária é latente e acreditamos que o fortalecimento da base de desenvolvimento deva ser o ponto de partida das ações do Incra. Temos hoje um levantamento de 90 territórios que possuem Planos Territoriais de Desenvolvimento Territorial (PTDRS) com demanda qualificada da reforma agrária, desde o acesso à terra, passando pela regularização fundiária, sustentabilidade ambiental e econômica das áreas”, destacou ele.

Entre os encaminhamentos ficou definido Incra e SDT vão aproximar suas ações no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria; vai ser avaliado como os territórios podem ajudar nas ações com 50 mil famílias de assentados e acampados; serão ainda avaliadas quais ações do Incra podem dialogar com o Programa Territórios da Cidadania (PTC); e deve haver uma maior aproximação das superintendências do Instituto com a política territorial.

---

## **Fórum pela Reforma Agrária é lançado e visa agilizar criação de assentamentos. Flaviana Serafim, Maria Angélica Ferrasoli e Marize Muniz – Site do MST. 14/08/2012**

O lançamento oficial do Fórum Estadual ‘São Paulo pela Reforma Agrária’, ocorrido nesta segunda (13) no auditório da Apeoesp, na capital, trouxe como novidade a assinatura de um termo de cooperação entre o Incra e a Secretaria de Patrimônio da União (SPU).

Assinado pelos superintendentes dos dois órgãos em São Paulo (respectivamente Wellington Diniz Monteiro e Ana Lúcia dos Anjos), o documento objetiva agilizar o levantamento e o repasse de terras do governo federal para fins de reforma agrária. “É um passo importante que pode ser considerado já a primeira conquista desse fórum”, avaliou o presidente da CUT-SP, Adi dos Santos Lima.

Apesar de ainda depender de aprovação na Advocacia Geral da União (AGU) e posterior publicação no Diário Oficial da União, o termo de cooperação supera o protocolo de intenções existente e pode auxiliar na resolução de questões pendentes sobre a posse das terras – hoje existem várias, como por exemplo a dos hortos da antiga Fepasa ou dos núcleos coloniais.

Para a representante da SPU é fundamental que essas áreas sejam mapeadas. “Esse fórum traz demandas organizadas, auxiliando no foco do governo federal”, destacou. A qualificação dos assentamentos e o acesso à terra também foram destacados pelo superintendente do Incra. “Vamos integrar os assentamentos com as políticas públicas já existentes. Um dos programas será o Água para Todos, a exemplo do Luz para Todos”, explicou.

Na avaliação de Monteiro, a união entre as entidades de sindicalistas e do movimento social que formam o Fórum, a partir de iniciativa da CUT-SP, é fundamental para que a Reforma Agrária seja feita. Essa necessária cobrança da sociedade foi igualmente ressaltada pelos líderes dos sem-terra Gilmar Mauro e José Rainha, assim como os representantes da Federação dos Trabalhadores Rurais Assalariados de SP (Feraesp), Élio Neves, e da Federação de Agricultura Familiar (FAF), Marco Antônio Pimentel, apontaram o desinteresse dos sucessivos governos tucanos em promover a inclusão social e a reforma agrária no Estado.

### **Confira imagens do Fórum**

Pimentel ressaltou que existe muita terra pública no estado de São Paulo e que "a partir do momento que o Patrimônio da União Secretaria Geral da Presidência disponibiliza essas áreas para reforma agrária, é um passo importante do governo para corrigir um erro histórico que é o patrimônio público estar na mão de grandes proprietários, que é o que vem acontecendo no estado", disse o dirigente da FAF.

### **Mobilizações**

“São Paulo andou para trás (com os tucanos)”, destacou o presidente da CUT Nacional, Vagner Freitas, lembrando o péssimo desempenho do Estado não só na distribuição de terras como na educação, saúde etc. Ele anunciou várias ações que serão promovidas pela central no próximo mês, entre as quais está uma grande mobilização de trabalhadores rurais nos dias 22 e 23 de agosto, em Brasília, reafirmando a luta pela reforma agrária.

A união de categorias urbanas e do campo, e a própria trajetória da CUT, sempre próxima do movimento dos trabalhadores rurais, estiveram presentes nas declarações de João Felício, secretário de Relações Internacionais da CUT, e José Lopes Feijóo, que já presidiu a central em São Paulo e participou do encontro como representante da Casa Civil.

O lançamento do Fórum contou ainda com a presença de parlamentares como o senador Eduardo Suplicy (PT) e os deputados estaduais Marcos Martins, Simão Pedro, José Zico e o federal Paulo Teixeira, todos do PT, além de representantes sindicais de diversas categorias.

Ao final, foi servido café com alimentos produzidos por trabalhadores em assentamentos e de cooperativas de agricultura familiar, uma agricultura que hoje responde por 40% da produção agrícola do Brasil, favorece o desenvolvimento ecológico e sustentável e gera 80% dos empregos no setor rural, realidade que torna indiscutível a urgência de promoção da reforma agrária em todo o Brasil.

### **Greve dos servidores**

O presidente da CUT, Vagner Freitas, também falou sobre a greve dos servidores públicos Federais, lembrando que, nesta terça-feira, 14, termina o prazo para o governo apresentar uma proposta para os representantes dos/as trabalhadores/as.

Segundo Vagner, até hoje o governo tem de decidir o tamanho do reajuste dos servidores públicos que vai colocar no Orçamento Público da União, caso contrário, o reajuste pode ser inviabilizado.

”É importantíssimo que o governo anuncie a proposta, efetiva, de aumento dos servidores. Caso não faça isso, virá com o argumento de que o reajuste ficou para o ano que vem”.

Ao que tudo indica, o governo deve fazer o anúncio da proposta de reajuste para os sindicalistas nesta terça – já tem duas reuniões marcadas pelo Ministério do Planejamento com as entidades que representam os trabalhadores. A primeira reunião, às 10h00, vai discutir a Lei 12.277/10 que criou tabela salarial diferenciada para cinco cargos de nível superior do Executivo (Estatístico, Engenheiro, Geólogo, Economista, Arquiteto).

A segunda, prevista para as 14h00, tratar das reivindicações dos servidores do Incra e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Os servidores da Área Agrária se somam às mais de 26 categorias da base da Condsef em greve em 25 estados e no Distrito Federal.

Para Vagner, a marcha que os servidores farão em Brasília no dia 15, pode simbolizar o fim da greve, caso o governo faça uma proposta que os trabalhadores aprovem, ou uma assembleia para colocar mais pressão na greve, caso nenhuma proposta seja anunciada até esta terça-feira.

---

### **Paralisação no Incra suspende inquérito. Fabio Fabrini – O Estado de São Paulo, Política. 14/08/2012**

A greve do funcionalismo tem atrapalhado até o andamento de investigações tocadas pelo Ministério Público Federal. Por causa das dificuldades para que os órgãos do governo respondam a pedidos de informação, procuradores da República mandam suspender inquéritos até que os servidores voltem ao trabalho.

Portaria publicada ontem no Diário Oficial da União sobrestou por dois meses a apuração de supostas irregularidades no uso de um imóvel público. A Procuradoria da República no Paraná havia solicitado informações ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), mas não foi atendida.

"O Incra manifestou-se noticiando a greve de seus servidores e a consequente impossibilidade de cumprimento da requisição ministerial", justificou o procurador Robson Martins.

De acordo com a Confederação Nacional das Associações dos Servidores do Incra (Cnasi), em 28 das 30 superintendências do órgão os funcionários aderiram à greve. Nelas, a adesão varia de 70% a 95%. A paralisação impacta o andamento de processos de regularização de imóveis e de assentamentos. Os grevistas apresentaram uma pauta de reivindicações, que inclui melhorias salariais, aumento do orçamento do órgão e a contratação de mais 3 mil pessoas. Segundo a entidade, dos 5,5 mil servidores efetivos do Incra, dois mil devem se aposentar até o fim do governo Dilma. Por causa dos cortes orçamentários, não tem sido possível cumprir as metas definidas no programa de reforma agrária.

"No ano passado, houve contingenciamento de 25% do orçamento. Previa-se o assentamento de 50 mil famílias, mas fizeram só 20 mil", reclama o diretor da Cnasi, Reginaldo Aguiar, que acusa o governo de intransigência. "O órgão já estava paralisado. A greve só agravou esse quadro." As informações são do jornal O Estado de S. Paulo

---

## **Formatura de turma especial de Direito é conquista da reforma agrária – Site do INCRA. 15/08/2012**

A colação de grau da primeira turma especial de Direito para assentados, filhos de assentados e beneficiários da reforma agrária e da agricultura familiar, ocorrida no último sábado na cidade de Goiás, representa um marco na história da reforma agrária. A turma foi criada no âmbito do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), em convênio com a Universidade Federal de Goiás (UFG), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Entre os 57 estudantes de 19 estados brasileiros que compõem a turma, até o momento 12 foram aprovados no Exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e dois deles estão advogando.

De acordo com o orador da turma, Mauro Lemes Santos, a composição da turma é resultado da luta das organizações do campo em prol da educação. “Uma discussão que abarca não somente as instituições de ensino e o governo, mas também o posicionamento da sociedade. Tivemos educação básica, de nível médio, e agora a educação superior”, ressalta.

Para Junior Divino Fideles, Procurador Chefe da PFE/Incra, a conquista “não é só dos formandos, nem somente dos trabalhadores, do Incra ou da UFG, mas de toda a sociedade brasileira. Essa formatura, com toda certeza, é um exemplo concreto de promoção de justiça social”, ressaltou.

### **Continuidade incerta**

Embora a criação da turma possa ser pensada como uma forma de reparação e incentivo àqueles que foram “historicamente alijados”, nas palavras de Mauro Lemes, a constitucionalidade do curso é questionada. Em 2008, o Ministério Público Federal ajuizou uma Ação Civil Pública, com pedido de antecipação de tutela (liminar), pleiteando o encerramento do curso.

O MPF arguiu que a criação da turma é ilegal, pois viola o princípio da igualdade, ao privilegiar determinado grupo de pessoas em detrimento de outras. Na sentença proferida em 2009, o juiz Roberto Carlos Oliveira considerou que o apoio aos beneficiários da reforma agrária deveria ser apenas em qualificação no trabalho rural.

Mas, para Clarice Aparecida dos Santos, coordenadora do Pronera, essa argumentação do Ministério Público se caracteriza como um equívoco. Para ela, um assentado não tem que saber só de assuntos relacionados diretamente ao trabalho no campo. “Hoje, grande parte lida com complexos processos de produção e organização de cooperativas. Todas essas atividades demandam conhecimentos variados. Uma cooperativa precisa de assessoria jurídica, por exemplo”, conclui.

### **Em defesa da turma**

O Incra, por meio de sua Procuradoria Federal Especializada, sustenta o interesse público e defende a constitucionalidade da utilização dos recursos do Pronera para o custeio do projeto, além de garantir, por meio de decisão do Tribunal Regional Federal 1ª Região, a formatura do último sábado.

Em recurso apresentado ao Tribunal em 2009, os procuradores afirmaram que “os recursos do Pronera podem e devem ser utilizados na educação e não se tratam de um privilégio, mas sim de uma política pública, justificada em razão da desigualdade”. E logo após concluem que “o tratamento desigual aos desiguais é medida de justiça para se buscar a igualdade material”, ressalta Junior Fideles. O julgamento da apelação pelo TRF está previsto para ocorrer no dia 27 de agosto.

---

### **Protesto de sem-terra contra Dilma acaba em confronto em AL. Fábio Guibu – Folha de São Paulo. 18/08/2012**

*Centenas de manifestantes, maioria de sem-terra, foram barrados a 5 km de inauguração feita pela presidente. Conflito com a polícia ocorreu depois de bloqueio de pistas pelas quais passavam convidados de evento*

Cerca de 250 trabalhadores rurais sem terra foram impedidos ontem de se aproximar de um evento onde estava a presidente Dilma Rousseff, em Marechal Deodoro (AL).

Houve confronto com a Polícia Militar, que dispersou os sem-terra com bombas de gás. Em nota, entidades de luta por terra acusaram o governo federal de "negligência e descaso" com reivindicações de movimentos sociais.

Barrados pela PM a cinco quilômetros do evento, uma inauguração de unidade da Braskem, os sem-terra bloquearam a BR-314 com galhos, impedindo a passagem de autoridades e convidados.

Portando faixas com frases como "Dilma: a pior presidente para a reforma agrária", manifestantes tomaram as pistas e passaram a reivindicar o direito de se aproximar da solenidade.

Vários veículos ficaram retidos no congestionamento, entre eles os do presidente do Tribunal de Justiça do Estado, Sebastião Costa Filho, e os dos senadores alagoanos Renan Calheiros (PMDB) e Benedito de Lira (PP).

O desembargador desceu do carro para discutir com os manifestantes, que portavam pedaços de pau. Segundo o senador Lira, por pouco o magistrado não foi agredido.

Ainda segundo o senador, o carro do presidente do TJ-AL foi amassado a pauladas.

Com a confusão, tropas de elite da PM alagoana entraram em ação. Tiros de bala de borracha foram disparados e bombas de efeito moral, lançadas em direção aos manifestantes, que recuaram.

A rodovia foi reaberta após 40 minutos e os sem-terra, ligados ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e a outros três movimentos sociais defensores de causas dos trabalhadores rurais, deixaram o local. Ninguém foi preso ou se feriu.

## MAIS MANIFESTANTES

Outros 200 manifestantes ligados a sindicatos, instituições federais e ao movimento estudantil também foram barrados, mas não participaram do tumulto. Um grupo de cem pessoas, que chegou às 5h30, conseguiu furar o bloqueio policial, mas foi retido a um quilômetro da fábrica inaugurada ontem.

Em nota conjunta, os movimentos sociais repudiaram a "ação violenta do Estado brasileiro". Segundo as entidades, elas haviam sido informadas que poderiam ficar a 300 metros do evento.

"O governo Dilma continua dando sequência à política de negligência e descaso com as reivindicações dos movimentos sociais", diz a nota.

---

### **Reforma agrária, Tocqueville e a esquizofrenia das elites. Gilson Caroni Filho – Carta Maior. 19/08/2012**

Nenhum problema é mais revelador da esquizofrenia das elites brasileiras do que a questão da terra. Nós, brasileiros, que tanto prezamos campeonatos de todos os tipos, podemos nos constranger com uma desonrosa posição de destaque: somos um dos líderes mundiais em concentração fundiária.

"Eu defendo o direito de manifestação, esse direito é sagrado. Mas há momentos em que se abusa demais dele. O que eu vi hoje foi um desrespeito sem limites" Com essas palavras o deputado Benedito de Lira (PP-AL) definiu a ação de integrantes do Movimento Sem Terra (MST) que bloquearam a BR-314, em protesto contra a proibição de se manifestarem em Marechal Deodoro, município alagoano onde a presidente Dilma inaugurou uma nova fábrica da Braskem.

O que denotam as palavras do parlamentar? Nenhum problema é mais revelador da esquizofrenia das elites brasileiras do que a questão da terra, particularmente o da Reforma Agrária. Convém lembrar que as grandes inteligências nacionais, desde os anos 1930, têm insistido que, enquanto o cerne do país for constituído pela lógica das grandes propriedades, a democracia como forma de governo será, entre nós, uma simples fantasia.

Nós, brasileiros, que tanto prezamos campeonatos de todos os tipos, podemos nos constranger com uma desonrosa posição de destaque: somos um dos líderes mundiais em concentração fundiária. Cerca de 1% dos proprietários rurais detêm 46% das terras cadastradas. O toque de ironia é que são os pequenos produtores sem terra (ou com muito pouca terra) que abastecem o mercado interno, enquanto os créditos, subsídios e financiamentos do Estado continuam, mesmo depois de quase 10 anos de governo progressista, sendo monopolizados pelo agronegócio.

O contingenciamento de 70% das verbas de custeio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) somado à acentuada redução do número de assentamentos são indicadores preocupantes nos dois primeiros anos do governo Dilma. Não há "Brasil Sem Miséria" sem reforma agrária efetiva. É preciso romper com o tempo em que "Planos Nacionais", tantas vezes remendados, na verdade significavam uma política de compromisso com os latifundiários para tornar inexecutável qualquer avanço.

A solução perversa para resolver o problema consistia simplesmente em reduzir dramaticamente a população rural, empurrada para as grandes metrópoles em ritmos sem precedentes. O resultado era a proliferação de favelas, de periferias desassistidas e um exército de semicidadãos entregues à própria sorte em cidades carentes de recursos e equipamentos urbanos, um terreno fértil para proliferação de clientelismos que entravaram gravemente o desenvolvimento da democracia.

Até a chegada de Lula à presidência, os governos que o precederam optaram por não aceitar a reforma agrária. Preferiram aceitar a imposição dos que gritam mais forte e que há mais de 500 anos dominam o Brasil. Abandonaram o país moderno, do operário urbano e rural, dos pequenos e médios proprietários, das classes médias e do empresariado progressista. Escolheram o passado, no que ele tem de mais retrógrado, no que ele preserva de práticas oligárquicas e excludentes.

Ignoram uma lição histórica de grande valia: não há país capitalista que tenha deixado de intervir decisivamente nesta questão. A Áustria dos canaviais e a França dos bons vinhos são os exemplos mais aparentes onde o interesse social predominou sobre o individualismo egoísta.

Se realmente pretendemos uma sociedade inserida em moldes mais equilibrados, necessitamos ter presente que não a alcançaremos sem uma reforma agrária que entere seu bisturi diretamente nessas desigualdades. Inglaterra, Holanda, Suécia, Estados Unidos e França já o fizeram há séculos. Japão, Itália, México e outros países, mais recentemente. Isto sem pensar nos países socialistas, que intervieram na propriedade de terra no bojo de revoluções socialistas. E nós, quando o faremos? Ou vamos continuar ostentando os maiores latifúndios do mundo?

Nunca é demais lembrar que para um partido que nasceu dos impulsos dos movimentos de massa, das greves e das lutas populares, certas soluções de compromisso têm prazo de validade definido. Dar ouvidos às ponderações de João Pedro Stédile, mantendo o diálogo permanente com os setores organizados da sociedade, é reafirmar a crença na política como atividade própria dos setores excluídos que querem participar, legal e legitimamente, de todas as decisões da sociedade.

A burguesia não quer hoje a reforma agrária, porque o Brasil, ao contrário do que ocorreu nos países citados, está tentando se desenvolver mantendo intactas as estruturas do latifúndio. Mas todas as classes e suas frações, não; pois sabem que sua sobrevivência e dignidade dependem de um país igualitário, humano, solidário, dependendo isto da intervenção decidida na questão da terra.

Como dizia oportunamente Tocqueville a propósito da jovem democracia americana: "a arte de se associar se desenvolve na exata medida em que as condições de igualdade crescem". Certamente, a presidente conhece esse trecho, mas nunca é demais uma releitura em momentos de turbulência.

Gilson Caroni Filho é professor de Sociologia das Faculdades Integradas Hélio Alonso (Facha), no Rio de Janeiro, colunista da Carta Maior e colaborador do Jornal do Brasil

---

**Gilson Caroni Filho: Não há ‘Brasil sem miséria’ sem reforma agrária efetiva – Site do MST. 20/08/2012**

*“Eu defendo o direito de manifestação, esse direito é sagrado. Mas há momentos em que se abusa demais dele. O que eu vi hoje foi um desrespeito sem limites”*

Com essas palavras o deputado Benedito de Lira (PP-AL) definiu a ação de integrantes do Movimento Sem Terra (MST) que bloquearam a BR-314, em protesto contra a proibição de se manifestarem em Marechal Deodoro, município alagoano onde a presidente Dilma inaugurou uma nova fábrica da Braskem.

O que denotam as palavras do parlamentar? Nenhum problema é mais revelador da esquizofrenia das elites brasileiras do que a questão da terra, particularmente o da Reforma Agrária. Convém lembrar que as grandes inteligências nacionais, desde os anos 1930, têm insistido que, enquanto o cerne do país for constituído pela lógica das grandes propriedades, a democracia como forma de governo será, entre nós, uma simples fantasia.

Nós, brasileiros, que tanto prezamos campeonatos de todos os tipos, podemos nos constringer com uma desonrosa posição de destaque: somos um dos líderes mundiais em concentração fundiária. Cerca de 1% dos proprietários rurais detêm 46% das terras cadastradas. O toque de ironia é que são os pequenos produtores sem terra (ou com muito pouca terra) que abastecem o mercado interno, enquanto os créditos, subsídios e financiamentos do Estado continuam, mesmo depois de quase 10 anos de governo progressista, sendo monopolizados pelo agronegócio.

O contingenciamento de 70% das verbas de custeio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) somado à acentuada redução do número de assentamentos são indicadores preocupantes nos dois primeiros anos do governo Dilma.. Não há “Brasil Sem Miséria” sem reforma agrária efetiva. É preciso romper com o tempo em que “Planos Nacionais”, tantas vezes remendados, na verdade significavam uma política de compromisso com os latifundiários para tornar inexecutável qualquer avanço.

A solução perversa para resolver o problema consistia simplesmente em reduzir dramaticamente a população rural, empurrada para as grandes metrópoles em ritmos sem precedentes. O resultado era a proliferação de favelas, de periferias desassistidas e um exército de semicidadãos entregues à própria sorte em cidades carentes de recursos e equipamentos urbanos, um terreno fértil para proliferação de clientelismos que entravaram gravemente o desenvolvimento da democracia.

Até a chegada de Lula à presidência, os governos que o precederam optaram por não aceitar a reforma agrária. Preferiram aceitar a imposição dos que gritam mais forte e que há mais de 500 anos dominam o Brasil. Abandonaram o país moderno, do operário urbano e rural, dos pequenos e médios proprietários, das classes médias e do empresariado progressista. Escolheram o passado, no que ele tem de mais retrógrado, no que ele preserva de práticas oligárquicas e excludentes.

Ignoram uma lição histórica de grande valia: não há país capitalista que tenha deixado de intervir decisivamente nesta questão. A Áustria dos canaviais e a França dos bons vinhos são os exemplos mais aparentes onde o interesse social predominou sobre o individualismo egoísta.



Se realmente pretendemos uma sociedade inserida em moldes mais equilibrados, necessitamos ter presente que não a alcançaremos sem uma reforma agrária que enterre seu bisturi diretamente nessas desigualdades. Inglaterra, Holanda, Suécia, Estados Unidos e França já o fizeram há séculos. Japão, Itália, México e outros países, mais recentemente. Isto sem pensar nos países socialistas, que intervieram na propriedade de terra no bojo de revoluções socialistas. E nós, quando o faremos? Ou vamos continuar ostentando os maiores latifúndios do mundo?

Nunca é demais lembrar que para um partido que nasceu dos impulsos dos movimentos de massa, das greves e das lutas populares, certas soluções de compromisso têm prazo de validade definido. Dar ouvidos às ponderações de João Pedro Stedile, mantendo o diálogo permanente com os setores organizados da sociedade, é reafirmar a crença na política como atividade própria dos setores excluídos que querem participar, legal e legitimamente, de todas as decisões da sociedade.

A burguesia não quer hoje a reforma agrária, porque o Brasil, ao contrário do que ocorreu nos países citados, está tentando se desenvolver mantendo intactas as estruturas do latifúndio. Mas todas as classes e suas frações, não; pois sabem que sua sobrevivência e dignidade dependem de um país igualitário, humano, solidário, dependendo isto da intervenção decidida na questão da terra.

Como dizia oportunamente Tocqueville a propósito da jovem democracia americana: “a arte de se associar se desenvolve na exata medida em que as condições de igualdade crescem”. Certamente, a presidente conhece esse trecho, mas nunca é demais uma releitura em momentos de turbulência.

---

### **Reforma Agrária só será possível com a união dos movimentos. José Coutinho Júnior – Site da FETRAF. 20/08/2012**

O Direito à terra e a luta pela Reforma Agrária foram debatidos em oficina no Encontro Nacional Unitário dos trabalhadores, trabalhadoras e povos do campo, das águas e das florestas. A análise feita pelos movimentos foi no sentido de compreender o porquê da morosidade no processo de Reforma Agrária enfrentado na última década.

Nunca se fez uma Reforma Agrária efetiva no país. A marca do desenvolvimento brasileiro é a concentração de terra, riqueza e poder. O modelo do agronegócio, fortalecido nos últimos anos, só gera exclusão, fome e violência no campo.

No governo FHC, o número de ocupações de terras por parte dos movimentos sociais resultava em um maior número de assentamentos. No governo Lula, o número de ocupações diminuiu, assim como o de assentamentos.

Muitas organizações do campo e do conjunto dos trabalhadores acreditaram que um presidente favorável à Reforma Agrária iria colocá-la em prática, mas a coalizão do governo ia na direção oposta, e impôs a lógica de que a Reforma Agrária não tinha importância para o desenvolvimento do país. Com uma pressão menor por parte dos movimentos e sem incentivo do governo, os números da Reforma diminuiram.

Em 2006, segundo mandato de Lula, o agronegócio se fortaleceu, obtendo cada vez mais apoio do governo. “O governo só irá desapropriar terras se os movimentos sociais ocuparem e

pressionarem. Por isso, precisamos realizar ocupações organizadas e maciças, com a participação de todos os movimentos do campo”. Declarou o representante da Fetraf, Lázaro Bento.

A situação no governo Dilma não se alterou; o número de assentados da Reforma Agrária em seu governo mostram que seu governo é o pior dos últimos anos para enfrentar o problema da terra. Aliado a isso está a falta de reestruturação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), órgãos responsáveis por realizar a desapropriação de terras e criação de assentamentos.

Como consequência desse processo, a Reforma Agrária segue paralisada. “Embora o governo dialogue, sua prática política mostra que não é aliado da classe trabalhadora”, disse Itelvina Massioli, representante da Via Campesina.

A falta de políticas concretas de Reforma Agrária não afeta apenas os camponeses. Das cinco mil comunidades quilombolas existentes no Brasil, apenas 122 tiveram seus direitos reconhecidos. Além disso, o Estado é o maior violador dos direitos quilombolas, com a Marinha Brasileira sendo responsável por reprimir comunidades.

“O resquício da escravidão ainda está presente na sociedade brasileira. A nossa terra não é reconhecida porque, como temos uma relação com a terra que não é mercadológica, e sim coletiva, essa terra não irá voltar para o mercado.” Disse o representante da Conaq, Biga.

União - A crise econômica é usada pelo capital financeiro para se apropriar com mais forças dos recursos naturais e se apropriar de mercados. O lugar da agricultura familiar como força produtora de 70% dos alimentos no mundo começa a ser questionado pelas forças empresariais, desejosas de conquistar uma parcela maior do mercado de alimentos. Prova disso é a quantidade de fusões entre empresas do ramo alimentício: só em 2010, mais de 100 empresas se fundiram para ampliar sua capacidade de produção.

De acordo com Alessandra da Costa Lunas, representante da Contag, “essas fusões ocorrem porque as empresas se preparam para querer dar conta de alimentar a população mundial, por meio de estratégias como a concentração de mercados, o controle dos preços de alimentos, e o arrendamento de terras na América Latina e África pelas grandes empresas. Para enfrentar a união dessas empresas, nós, movimentos do campo, precisamos deixar nossas diferenças de lado, procurar o que temos em comum e nos unir”.

A Reforma Agrária é tida pelos movimentos como uma bandeira capaz de unir não só o campo, mas também a classe trabalhadora urbana. Para Itelvina, “temos a necessidade de que todas essas lutas estejam coordenadas e articuladas no sentido de darmos um passo para frear o desenvolvimento do agronegócio no país, para derrotar este modelo e de fato disputar a sociedade”. Como proposta concreta dessa união, foi proposta uma jornada de lutas unificada de todos os movimentos no campo.

---

## **Encontro Unitário lança declaração histórica em defesa da Reforma Agrária – Site do MST. 22/08/2012**

Leia a declaração final do Encontro Nacional Unitário dos Trabalhadores e Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas.

Por Terra, Território e Dignidade!

Após séculos de opressão e resistência, “as massas camponesas oprimidas e exploradas”, numa demonstração de capacidade de articulação, unidade política e construção de uma proposta nacional, se reuniram no “I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas sobre o caráter da reforma agrária”, no ano de 1961, em Belo Horizonte. Já nesse I Congresso os povos do campo, assumindo um papel de sujeitos políticos, apontavam a centralidade da terra como espaço de vida, de produção e identidade sociocultural.

Essa unidade e força política levaram o governo de João Goulart a incorporar a reforma agrária como parte de suas reformas de base, contrariando os interesses das elites e transformando-se num dos elementos que levou ao golpe de 1964. Os governos golpistas perseguiram, torturaram, aprisionaram e assassinaram lideranças, mas não destruíram o sonho, nem as lutas camponesas por um pedaço de chão.

Após décadas de resistência e denúncias da opressão, as mobilizações e lutas sociais criaram condições para a retomada e ampliação da organização camponesa, fazendo emergir uma diversidade de sujeitos e pautas. Junto com a luta pela reforma agrária, a luta pela terra e por território vem afirmando sujeitos como sem terra, quilombolas, indígenas, extrativistas, pescadores artesanais, quebradeiras, comunidades tradicionais, agricultores familiares, camponeses, trabalhadores e trabalhadoras rurais e demais povos do campo, das águas e das florestas. Neste processo de constituição de sujeitos políticos, afirmam-se as mulheres e a juventude na luta contra a cultura patriarcal, pela visibilidade e igualdade de direitos e dignidade no campo.

Em nova demonstração de capacidade de articulação e unidade política, nós homens e mulheres de todas as idades, nos reunimos 51 anos depois, em Brasília, no Encontro Nacional Unitário de Trabalhadores e Trabalhadoras, Povos do Campo, das Águas e das Florestas, tendo como centralidade a luta de classes em torno da terra, atualmente expressa na luta por Reforma Agrária, Terra, Território e Dignidade.

Nós estamos construindo a unidade em resposta aos desafios da desigualdade na distribuição da terra. Como nos anos 60, esta desigualdade se mantém inalterada, havendo um aprofundamento dos riscos econômicos, sociais, culturais e ambientais, em consequência da especialização primária da economia.

A primeira década do Século XXI revela um projeto de remontagem da modernização conservadora da agricultura, iniciada pelos militares, interrompida nos anos noventa e retomada como projeto de expansão primária para o setor externo nos últimos doze anos, sob a denominação de agronegócio, que se configura como nosso inimigo comum.

Este projeto, na sua essência, produz desigualdades nas relações fundiárias e sociais no meio rural, aprofunda a dependência externa e realiza uma exploração ultrapredatória da natureza. Seus protagonistas são o capital financeiro, as grandes cadeias de produção e comercialização *decommodities* de escala mundial, o latifúndio e o Estado brasileiro nas suas funções financiadora – inclusive destinando recursos públicos para grandes projetos e obras de infraestrutura – e (des)reguladora da terra.

O projeto capitalista em curso no Brasil persegue a acumulação de capital especializado no setor primário, promovendo super-exploração agropecuária, hidroelétrica, mineral e petroleira. Esta

super-exploração, em nome da necessidade de equilibrar as transações externas, serve aos interesses e domínio do capital estrangeiro no campo através das transnacionais do agro e hidronegócio.

Este projeto provoca o esmagamento e a desterritorialização dos trabalhadores e trabalhadoras dos povos do campo, das águas e das florestas. Suas conseqüências sociais e ambientais são a não realização da reforma agrária, a não demarcação e reconhecimento de territórios indígenas e quilombolas, o aumento da violência, a violação dos territórios dos pescadores e povos da floresta, a fragilização da agricultura familiar e camponesa, a sujeição dos trabalhadores e consumidores a alimentos contaminados e ao convívio com a degradação ambiental. Há ainda conseqüências socioculturais como a masculinização e o envelhecimento do campo pela ausência de oportunidades para a juventude e as mulheres, resultando na não reprodução social do campesinato.

Estas conseqüências foram agravadas pela ausência, falta de adequação ou caráter assistencialista e emergencial das políticas públicas. Estas políticas contribuíram para o processo de desigualdade social entre o campo e a cidade, o esvaziamento do meio rural e o aumento da vulnerabilidade dos sujeitos do campo, das águas e das florestas. Em vez de promover a igualdade e a dignidade, as políticas e ações do Estado, muitas vezes, retiram direitos e promovem a violência no campo.

Mesmo gerando conflitos e sendo inimigo dos povos, o Estado brasileiro nas suas esferas do Executivo, Judiciário e Legislativo, historicamente vem investindo no fortalecimento do modelo de desenvolvimento concentrador, excludente e degradador. Apesar de todos os problemas gerados, os sucessivos governos – inclusive o atual – mantêm a opção pelo agro e hidronegócio.

O Brasil, como um país rico em terra, água, bens naturais e biodiversidade, atrai o capital especulativo e agroexportador, acirrando os impactos negativos sobre os territórios e populações indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e camponesas. Externamente, o Brasil vem se tornando alavanca do projeto neocolonizador, expandindo este modelo para outros países, especialmente na América Latina e África.

Torna-se indispensável um projeto de vida e trabalho para a produção de alimentos saudáveis em escala suficiente para atender as necessidades da sociedade, que respeite a natureza e gere dignidade no campo. Ao mesmo tempo, o resgate e fortalecimento dos campesinatos, a defesa e recuperação das suas culturas e saberes se faz necessário para projetos alternativos de desenvolvimento e sociedade.

#### **Diante disto, afirmamos:**

- 1) a reforma agrária como política essencial de desenvolvimento justo, popular, solidário e sustentável, pressupondo mudança na estrutura fundiária, democratização do acesso à terra, respeito aos territórios e garantia da reprodução social dos povos do campo, das águas e das florestas.
- 2) a soberania territorial, que compreende o poder e a autonomia dos povos em proteger e defender livremente os bens comuns e o espaço social e de luta que ocupam e estabelecem suas relações e modos de vida, desenvolvendo diferentes culturas e formas de produção e reprodução, que marcam e dão identidade ao território.

- 3) a soberania alimentar como o direito dos povos a definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação adequada a toda a população, respeitando suas culturas e a diversidade dos jeitos de produzir, comercializar e gerir estes processos.
- 4) a agroecologia como base para a sustentabilidade e organização social e produtiva da agricultura familiar e camponesa, em oposição ao modelo do agronegócio. A agroecologia é um modo de produzir e se relacionar na agricultura, que preserva a biodiversidade, os ecossistemas e o patrimônio genético, que produz alimentos saudáveis, livre de transgênicos e agrotóxicos, que valoriza saberes e culturas dos povos do campo, das águas e das florestas e defende a vida.
- 5) a centralidade da agricultura familiar e camponesa e de formas tradicionais de produção e o seu fortalecimento por meio de políticas públicas estruturantes, como fomento e crédito subsidiado e adequado as realidades; assistência técnica baseada nos princípios agroecológicos; pesquisa que reconheça e incorpore os saberes tradicionais; formação, especialmente da juventude; incentivo à cooperação, agroindustrialização e comercialização.
- 6) a necessidade de relações igualitárias, de reconhecimento e respeito mútuo, especialmente em relação às mulheres, superando a divisão sexual do trabalho e o poder patriarcal e combatendo todos os tipos de violência.
- 7) a soberania energética como um direito dos povos, o que demanda o controle social sobre as fontes, produção e distribuição de energia, alterando o atual modelo energético brasileiro.
- 8) a educação do campo, indígena e quilombola como ferramentas estratégicas para a emancipação dos sujeitos, que surgem das experiências de luta pelo direito à educação e por um projeto político-pedagógico vinculado aos interesses da classe trabalhadora. Elas se contrapõem à educação rural, que tem como objetivo auxiliar um projeto de agricultura e sociedade subordinada aos interesses do capital, que submete a educação escolar à preparação de mão-de-obra minimamente qualificada e barata e que escraviza trabalhadores e trabalhadoras no sistema de produção de monocultura.
- 9) a necessidade de democratização dos meios de comunicação, hoje concentrados em poucas famílias e a serviço do projeto capitalista concentrador, que criminalizam os movimentos e organizações sociais do campo, das águas e das florestas.
- 10) a necessidade do reconhecimento pelo Estado dos direitos das populações atingidas por grandes projetos, assegurando a consulta livre, prévia e informada e a reparação nos casos de violação de direitos.

Nos comprometemos:

- 1 a fortalecer as organizações sociais e a intensificar o processo de unidade entre os trabalhadores e trabalhadoras, povos do campo, das águas e das florestas, colocando como centro a luta de classes e o enfrentamento ao inimigo comum, o capital e sua expressão atual no campo, o agro e hidronegócio.
- 2 a ampliar a unidade nos próximos períodos, construindo pautas comuns e processos unitários de luta pela realização da reforma agrária, pela reconhecimento, titulação, demarcação e desintrusão das terras indígena, dos territórios quilombolas e de comunidades tradicionais, garantindo direitos territoriais, dignidade e autonomia.

3 a fortalecer a luta pela reforma agrária como bandeira unitária dos trabalhadores e trabalhadoras e povos do campo, das águas e das florestas.

4 a construir e fortalecer alianças entre sujeitos do campo e da cidade, em nível nacional e internacional, em estratégias de classe contra o capital e em defesa de uma sociedade justa, igualitária, solidária e sustentável.

5 a lutar pela transição agroecológica massiva, contra os agrotóxicos, pela produção de alimentos saudáveis, pela soberania alimentar, em defesa da biodiversidade e das sementes.

6 a construir uma agenda comum para discutir os critérios de construção, acesso, abrangência, caráter e controle social sobre as políticas públicas, a exemplo do PRONAF, PNAE, PAA, PRONERA, PRONACAMPO, pesquisa e extensão, dentre outras, voltadas para os povos do campo, das águas e das florestas.

7 a fortalecer a luta das mulheres por direitos, pela igualdade e pelo fim da violência.

8 a ampliar o reconhecimento da importância estratégica da juventude na dinâmica do desenvolvimento e na reprodução social dos povos do campo, das águas e das florestas.

9 a lutar por mudanças no atual modelo de produção pautado nos petro-dependentes, de alto consumo energético.

10 a combater e denunciar a violência e a impunidade no campo e a criminalização das lideranças e movimentos sociais, promovidas pelos agentes públicos e privados.

11 a lutar pelo reconhecimento da responsabilidade do Estado sobre a morte e desaparecimento forçado de camponeses, bem como os direitos de reparação aos seus familiares, com a criação de uma comissão camponesa pela anistia, memória, verdade e justiça para incidir nos trabalhos da Comissão Especial sobre mortos e desaparecidos políticos, visando a inclusão de todos afetados pela repressão.

Nós, trabalhadores e trabalhadoras, povos do campo, das águas e das florestas exigimos o redirecionamento das políticas e ações do Estado brasileiro, pois o campo não suporta mais. Seguiremos em marcha, mobilizados em unidade e luta e, no combate ao nosso inimigo comum, construiremos um País e uma sociedade justa, solidária e sustentável.

Brasília, 22 de agosto de 2012.

---

### **Incra desapropria 21 imóveis rurais em oito Estados – Folha de São Paulo, Poder. 22/08/2012**

Disposto a acelerar o ritmo da reforma agrária no país, o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) anunciou ontem a desapropriação de 21 imóveis rurais localizados nos Estados de Alagoas, Bahia, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Piauí, Paraíba e Sergipe.

Segundo o governo, grande parte de famílias rurais em pobreza extrema está concentrada nesses locais e, com as desapropriações, será possível assentar 1.112 famílias.

A expectativa do governo é concluir o processo de implantação dos novos assentamentos ainda neste ano.

Somadas, as áreas ocupadas pelas propriedades rurais representam 54 mil hectares.

---

### **Incra anuncia primeira desapropriação desde 2011. Roldão Arruda – O Estado de São Paulo. 22/08/2012**

Em meio a uma onda de críticas à política agrária da presidente Dilma Rousseff e às vésperas de uma marcha de protesto em Brasília, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) anunciou ontem a desapropriação de um conjunto de áreas para a reforma agrária com um total de 54 mil hectares, que, de acordo com estimativas iniciais, poderão abrigar cerca de 1,1 mil famílias de assentados.

É a primeira desapropriação do governo neste ano. No dia anterior, em Brasília, na abertura do Encontro Unitário dos Trabalhadores, Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas, líderes de diferentes movimentos sociais e organizações sindicais haviam criticado o governo pela lentidão da reforma. Ao falar em nome da organização internacional Via Campesina, João Pedro Stédile afirmou que após quase dois anos de governo Dilma não desapropriou sequer um hectare.

Para esta quarta-feira está prevista uma marcha pela Esplanada dos Ministérios. Representantes de grupos de sem-terra, índios, quilombolas e pequenos agricultores vão protestar contra o governo.

A palavra final sobre a desapropriação foi dada na quinta-feira, pela presidente, após uma reunião com os ministros do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, e da Casa Civil, Gleisi Hoffman. A principal preocupação no encontro era manter o processo de assentamentos vinculado ao Plano Brasil Sem Miséria.

A desapropriação foi divulgada ontem no Diário Oficial, em meio a uma greve de funcionários que mantém o Incra paralisado há mais de um mês. Ela envolve 21 imóveis rurais, nos Estados de Alagoas, Bahia, Maranhão, Piauí, Paraíba, Sergipe, Minas Gerais e Mato Grosso. A maior parte está localizada no semiárido nordestino, em bolsões de extrema pobreza. O próximo passo será incluir as famílias a serem assentadas no Cadastro Único de Programas Sociais, para que comecem a receber o Bolsa Família, além de outros benefícios.

---

### **Aquisição de terras por estrangeiro no Brasil. José E. R. Vieira Filho – Valor Econômico. 22/08/2012**

Com os preços dos alimentos em expansão e a expectativa de forte crescimento populacional para os próximos anos, a questão da aquisição de terras por estrangeiros no mundo vem chamando a atenção, em especial em regiões africanas e latino-americanas. A compra de terras por estrangeiros é uma maneira de minimizar os efeitos negativos do processo inflacionário no mercado, garantindo acesso privilegiado aos alimentos e, ao mesmo tempo, mantendo a redução da pobreza e o crescimento econômico.

O texto para discussão nº 114 do Senado Federal, escrito em coautoria com Fábio Hage e Marcus Peixoto, trata da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil, que é regulada desde 1970 pela Lei nº 5.709. A Constituição, pelo art. 171, disciplinou a distinção entre empresas brasileiras e as de capital nacional das empresas estrangeiras, dispensando-lhes tratamento diferenciado e disposições especiais. Com a abertura comercial e financeira em 1990, a legislação de aquisição de terras impedia e inviabilizava o investimento direto externo dentro do país.

*As compras ocorrem em regiões tradicionais (Sudeste), e também em novas fronteiras produtivas (Nordeste)*

Criou-se a polêmica jurídica. Como flexibilizar as regras de investimento estrangeiro na economia? A Advocacia Geral da União (AGU), órgão responsável pelo assessoramento jurídico da União e do Poder Executivo, foi convocada a interpretar a controvérsia, emitindo 3 pareceres. Os dois primeiros foram mais flexíveis, enquanto que o terceiro (mais recente) buscou restringir o mercado de terras aos estrangeiros.

O primeiro (parecer nº GQ-22, de 1994) aceitou a legislação de 1970, fazendo apenas uma ressalva. Não se admitia restrições legais às empresas brasileiras, ainda que estas fossem controladas por capital estrangeiro. O parecer foi aprovado pela presidência, mas não publicado, o que condicionou apenas o Ministério da Agricultura (órgão público que fez a consulta na época).

O segundo (parecer nº GQ-181, de 1999) foi motivado pela Emenda Constitucional (EC) nº 6 de 1995, que revogou o art. 171 da Constituição, eliminando a distinção entre empresa brasileira e de capital nacional. Rejeitou-se novamente a legislação de 1970. Porém, diante da emenda, admitiu-se que a lei futura viesse a estabelecer limite ao capital estrangeiro, face ao art. 172, que disciplina os investimentos de capital estrangeiro. Este parecer foi aprovado pela Presidência e publicado, estendendo-se para toda a administração pública federal.

Por fim, o terceiro (Parecer nº LA-01, de 2010) reinterpreto a legislação de 1970, tomando como base o princípio da soberania aplicado à ordem econômica. Aceitou-se tanto o art. 171 da Constituição quanto a EC nº 6. Foi possível limitar as empresas brasileiras controladas por estrangeiros ao tamanho das terras compradas e adquiridas. O parecer foi aprovado e publicado, o que criou restrições a vários setores de atividade econômica (como saúde, comunicações, mineração etc.).

O investimento estrangeiro na agricultura brasileira cresceu desde a implantação do real em 1994. Desde 2000, o capital externo já participa intensamente no processo de expansão dos setores sucroalcooleiro e de florestas (papel e celulose). Houve investimentos estrangeiros nas regiões de fronteiras agrícolas de grãos e algodão, tais como Mato Grosso, Bahia, Piauí, Maranhão e Tocantins. Além de contribuir para a rápida expansão da oferta brasileira desses produtos, o capital externo tem contribuído para acelerar o processo de construção de um novo padrão de governança nesses setores. Com as restrições impostas, estima-se um prejuízo da ordem de US\$ 15 bilhões ao agronegócio, por inibir investimentos estrangeiros na forma de capital de risco. O volume de recurso estimado para a implantação da infraestrutura operacional necessária à efetivação dessa expansão é de R\$ 93,5 bilhões, sem considerar os investimentos agroindustriais.



É importante ressaltar que a participação estrangeira na produção agropecuária é pouco expressiva no conjunto da produção agrícola (menos de 1% do total em área destinada ao plantio). De 2007 a 2010, no Brasil, a variação percentual do número de imóveis rurais cresceu em torno de 3%, enquanto a área ocupada aumentou em 13%. O crescimento da área ocupada por imóveis estrangeiros foi no Piauí, Amazonas e Minas Gerais de 139%, 100% e 64%, respectivamente. Após a crise de 2008, tem-se uma redução da compra de terras no país, com exceção do Nordeste. Nota-se, portanto, que o movimento de compra de terras se dá muito em regiões tradicionais da produção agrícola (Sudeste), bem como de novas fronteiras produtivas (Nordeste).

São inúmeras as razões que levam os Estados a adotarem políticas restritivas de acesso à terra. Dentre os principais motivos, além do nacionalismo e xenofobismo, destacam-se a segurança nacional, o domínio da infraestrutura, a prevenção contra a especulação estrangeira, a preservação do "tecido" social da nação, o controle dos investimentos diretos estrangeiros, a regulação da imigração e a garantia do controle da produção de alimentos. O debate acerca da aquisição de terras por estrangeiros é controverso.

Não obstante, deve-se lembrar que o Estado é autônomo mesmo adotando legislação mais flexível. Caso haja desabastecimento interno, o governo pode aplicar quotas e impostos de exportação, bem como criar estoques reguladores. Os estrangeiros estão sujeitos às mesmas regras jurídicas e ambientais que o produtor brasileiro. Qualquer desobediência, a desapropriação pode ser aplicada como correção. Monitorar a inserção estrangeira na economia é preciso. Porém, entende-se que a restrição imposta pode inviabilizar investimentos no setor agropecuário brasileiro, em especial nos estados cuja economia depende desse segmento.

---

### **Incra vai assentar mais 1.112 famílias em projetos integrados ao Brasil Sem Miséria – Site do MDA. 21/08/2012**

Mais de 1,1 mil famílias do semiárido brasileiro e do estado do Mato Grosso têm a partir desta terça-feira (21) a garantia de que serão assentadas ainda este ano. A Presidência da República decretou 21 imóveis rurais como áreas de interesse social para fins de Reforma Agrária. Os decretos estão publicados no Diário Oficial.

As fazendas desapropriadas somam juntas cerca de 54 mil hectares e estão localizadas nos estados de Alagoas, Bahia, Maranhão, Piauí, Paraíba, Sergipe, Minas Gerais e Mato Grosso, em localidades que concentram grande parte da pobreza extrema do país. Os imóveis foram escolhidos levando em conta critérios específicos como área capaz de assentar mais de 15 famílias e proximidade a estradas para garantir o escoamento da produção do assentamento.

A expectativa do Incra, autarquia vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a partir do decreto presidencial, é iniciar a implantação dos assentamentos ainda este ano, assim que as áreas forem imitadas na posse do Instituto, e promover a integração de políticas às ações do Plano Brasil Sem Miséria até 2014.

"Estamos implantando uma Reforma Agrária mais célere e qualificada, integrando políticas para que as comunidades rurais possam viver com dignidade e produzir alimentos para o país", pontuou o presidente do Incra, Carlos Mário Guedes de Guedes.

### **Integração ao Brasil Sem Miséria**

O primeiro e imediato passo é incluir todas as famílias no Cadastro Único de Programas Sociais do governo federal, o CadÚnico. O ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em parceria com os municípios, vai inserir as famílias no CadÚnico e imediatamente elas passam a receber o Bolsa Família.

A partir daí, o cadastro de beneficiários do Incra, que estabelece o perfil para uma família ser assentada, será integrado ao CadÚnico que indica as condições de pobreza. Até o final do ano, as famílias que atendam aos critérios de seleção de candidatos ao Programa Nacional de Reforma Agrária já podem entrar nos lotes.

A seleção de candidatos segue norma do Incra. Em 2011, a autarquia abriu consulta pública para aperfeiçoar os critérios. A sociedade opinou sobre quatro temas centrais: princípios gerais da seleção de famílias; quem não pode ter acesso à terra; prioridade de acesso à terra em novo assentamento; e prioridade para acesso à terra em lotes vagos.

A integração de políticas ao Plano Brasil Sem Miséria continua com a inclusão no Brasil Carinhoso, benefício integrado ao Bolsa Família para cerca de 2 milhões de famílias com crianças de até 6 anos; acesso à moradia pelo programa Minha Casa Minha Vida, e à água pelo Água para Todos. As estradas internas do assentamento serão viabilizadas pelo PAC Equipamentos, programa de compras governamentais para a aquisição de veículos e equipamentos.

#### **Garantia de produção e comercialização**

Para além do acesso às políticas sociais e de infraestrutura, o presidente do Incra explica que o foco é garantir assistência técnica e apoio à produção “para que até 2014 as famílias possam produzir alimentos e fornecer para os programas de Aquisição de Alimentos (PAA) e de Alimentação Escolar (Pnae)”.

---

#### **Incra vai assentar mais 1.112 famílias em projetos integrados ao Brasil Sem Miséria – Site do MDA. 21/08/2012**

Mais de 1,1 mil famílias do semiárido brasileiro e do estado do Mato Grosso têm a partir desta terça-feira (21) a garantia de que serão assentadas ainda este ano. A Presidência da República decretou 21 imóveis rurais como áreas de interesse social para fins de Reforma Agrária. Os decretos estão publicados no Diário Oficial.

As fazendas desapropriadas somam juntas cerca de 54 mil hectares e estão localizadas nos estados de Alagoas, Bahia, Maranhão, Piauí, Paraíba, Sergipe, Minas Gerais e Mato Grosso, em localidades que concentram grande parte da pobreza extrema do país. Os imóveis foram escolhidos levando em conta critérios específicos como área capaz de assentar mais de 15 famílias e proximidade a estradas para garantir o escoamento da produção do assentamento.

A expectativa do Incra, autarquia vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a partir do decreto presidencial, é iniciar a implantação dos assentamentos ainda este ano, assim que as áreas forem imitidas na posse do Instituto, e promover a integração de políticas às ações do Plano Brasil Sem Miséria até 2014.

"Estamos implantando uma Reforma Agrária mais célere e qualificada, integrando políticas para que as comunidades rurais possam viver com dignidade e produzir alimentos para o país", pontuou o presidente do Incra, Carlos Mário Guedes de Guedes.

### **Integração ao Brasil Sem Miséria**

O primeiro e imediato passo é incluir todas as famílias no Cadastro Único de Programas Sociais do governo federal, o CadÚnico. O ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em parceria com os municípios, vai inserir as famílias no CadÚnico e imediatamente elas passam a receber o Bolsa Família.

A partir daí, o cadastro de beneficiários do Incra, que estabelece o perfil para uma família ser assentada, será integrado ao CadÚnico que indica as condições de pobreza. Até o final do ano, as famílias que atendam aos critérios de seleção de candidatos ao Programa Nacional de Reforma Agrária já podem entrar nos lotes.

A seleção de candidatos segue norma do Incra. Em 2011, a autarquia abriu consulta pública para aperfeiçoar os critérios. A sociedade opinou sobre quatro temas centrais: princípios gerais da seleção de famílias; quem não pode ter acesso à terra; prioridade de acesso à terra em novo assentamento; e prioridade para acesso à terra em lotes vagos.

A integração de políticas ao Plano Brasil Sem Miséria continua com a inclusão no Brasil Carinhoso, benefício integrado ao Bolsa Família para cerca de 2 milhões de famílias com crianças de até 6 anos; acesso à moradia pelo programa Minha Casa Minha Vida, e à água pelo Água para Todos. As estradas internas do assentamento serão viabilizadas pelo PAC Equipamentos, programa de compras governamentais para a aquisição de veículos e equipamentos.

### **Garantia de produção e comercialização**

Para além do acesso às políticas sociais e de infraestrutura, o presidente do Incra explica que o foco é garantir assistência técnica e apoio à produção "para que até 2014 as famílias possam produzir alimentos e fornecer para os programas de Aquisição de Alimentos (PAA) e de Alimentação Escolar (Pnae)".

---

### **Polícia barra invasão do Planalto por sem-terra. Kely Matos – Folha de São Paulo, Poder. 23/08/2012**

*Ato que reuniu 7.000 manifestantes em Brasília reivindica reforma agrária*

Uma manifestação de movimentos de trabalhadores do campo provocou um tumulto ontem pela manhã em frente ao Palácio do Planalto.

Cerca de 7.000 manifestantes da marcha camponesa, segundo estimativa da Polícia Militar, tentaram invadir o Planalto e chegaram a derrubar as grades instaladas para a proteção da estrutura.

Por causa do tumulto, a tropa de choque do Exército e o batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar foram chamados para reforçar a segurança presidencial. Os policiais usaram bombas de gás lacrimogêneo e cassetetes contra os manifestantes.

O movimento reuniu representantes de cerca de 37 entidades, como Via Campesina, MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), CUT (Central Única dos Trabalhadores), Cimi (Conselho Indigenista Missionário) e até o Greenpeace.

O "Encontro Nacional Unitário de Trabalhadores e Trabalhadoras, Povos do Campo, das Águas e das Florestas" reivindica a reforma agrária como política de desenvolvimento "justo, popular, solidário e sustentável".

O secretário-geral da Presidência, Gilberto Carvalho, desceu até o saguão do Planalto e recebeu uma comissão de dez mulheres do movimento, mas reclamou porque o ato "não foi tranquilo".

---

### **Decisão favorável ao Incra representa economia de milhões aos cofres públicos – Site do INCRA. 23/08/2012**

Uma sentença da Sexta Turma do Tribunal Regional Federal da Segunda Região, no Rio de Janeiro, reformou decisão que intimava o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) a pagar uma indenização de cerca de R\$ 15 milhões pela desapropriação da Fazenda São Bernardino, localizada no município de Nova Iguaçu. A decisão favorável ao Incra aconteceu no último dia 15, em julgamento de Embargos de Declaração em Agravo de Instrumento.

Com aproximadamente 200 hectares, a fazenda deu origem ao Projeto de Assentamento São Bernardino. Na Ação de Desapropriação ajuizada em 1987, o imóvel havia sido avaliado de forma equivocada, como se fosse urbano, motivando o juízo a considerar a desapropriação improcedente. Na época, a Procuradoria apelou, conseguindo a reforma da sentença pelo Tribunal Regional Federal, em 1995, quando o imóvel foi considerado rural e a desapropriação, procedente.

O procurador federal Diogo Tristão esclarece que, embora a desapropriação tenha sido considerada procedente depois que a área foi reconhecida como rural, não houve nova avaliação do local, que continuou com o preço por metro quadrado de área urbana e não por hectare. Por esse motivo, o Incra teve que emitir um primeiro lote de Títulos da Dívida Agrária complementares no valor aproximado de R\$ 15 milhões. Este fato fez com que a Fazenda São Bernardino fosse incluída pelo então Ministro da Reforma Agrária Raul Jungmann no relatório conhecido como Livro Branco das Superindenizações, que registra as principais indenizações milionárias de terras desapropriadas.

“Para que se possa compreender o dano potencial ao Erário, o imóvel, com a aplicação de juros e correção monetária à avaliação equivocada, estaria orçado, em 2009, na faixa de 260 milhões de reais”, informa Diogo Tristão, que atuou no caso junto com os procuradores federais Ricardo Marques e Carlos Naegeli Gondim.

Quando intimada de decisão que ordenava a emissão de um segundo lote de Títulos da Dívida Agrária, a PFE/Incra interpôs Agravo de Instrumento, a fim de ver reconhecido o erro material ocorrido na avaliação do valor da área desapropriada.

Se excluída a aplicação de juros, a área poderia ser avaliada, hoje, em torno de R\$ 3 milhões. A manutenção do acórdão representa, portanto, uma grande economia aos cofres públicos, uma

vez que o Incra pode também recuperar parte do primeiro lote de Títulos da Dívida Agrária já emitidos.

---

### **Incra busca parcerias com universidades – Site do MDA. 23/08/2012**

Famílias assentadas no Arquipélago do Marajó (PA) deverão ser as primeiras a receber assistência técnica diferenciada voltada para o potencial econômico das atividades que desenvolvem e para a valorização de seu modo de produção. Com esse objetivo, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), firmará Protocolo de Intenções com a Universidade Federal do Pará (UFPA), para uma estratégia de atuação conjunta no desenvolvimento dos projetos de assentamento de reforma agrária.

Esse entendimento foi firmado nessa quarta-feira (22) durante visita do reitor da UFPA e presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Carlos Maneschy, à presidência do Incra, em Brasília. O ato de assinatura do Protocolo de Intenções deverá ocorrer na primeira semana de setembro, em Belém (PA). Ficou estabelecido que o projeto piloto será realizado na Ilha do Marajó.

Atualmente, cerca de seis mil famílias na Ilha do Marajó são beneficiárias do Bolsa Verde, programa do Ministério do Meio Ambiente (MMA), que integra as ações do Plano Brasil Sem Miséria, de apoio à conservação ambiental. A cada trimestre é pago um benefício de R\$ 300 às famílias em situação de extrema pobreza, que vivem em áreas prioritárias para a conservação ambiental. Para receber o benefício, as famílias precisam integrar o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).

Nos próximos dias 13 e 14 de setembro, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, Incra, MMA e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) promovem uma oficina de Busca Ativa em Belém para identificar famílias que ainda não tiveram acesso ao Bolsa Verde por não estarem inscritas no Cadastro Único. A oficina deve resultar na ampliação dos beneficiários do programa.

Do encontro com o reitor da UFPA, ficou acertado que na próxima reunião ordinária da Andifes o Incra fará uma apresentação de suas ações para os próximos anos, a fim de que as universidades possam avaliar como apoiar o esforço de levar qualidade aos assentamentos de reforma agrária.

Graças a uma parceria semelhante com a Universidade Federal de Goiás (UFG), no último dia 11 de agosto, foi realizada a formatura da primeira turma especial de Direito de assentados e agricultores. A promoção do curso é fruto de uma parceria da UFG e Incra, por meio do Pronera.

#### **CNPq**

O Incra também está reeditando uma parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para apoiar 30 projetos de residência agrária que englobam educação, assistência técnica e projetos de agroindústria da produção familiar. As universidades de todo o país vão apresentar projetos que serão selecionados por uma banca especializada. O Incra arcará com o investimento nos cursos e bolsas para os estudantes, que terão que viver no local.

Cada projeto poderá receber até 50 estudantes, totalizando 1,5 mil pessoas num processo de capacitação em nível de especialização. “Vamos formar quadros técnicos que compreendam e ajudem a desenvolver os assentamentos e, dessa forma, dar condições para as pessoas conquistarem sua emancipação”, acrescentou Clarice dos Santos, coordenadora-geral do Pronera.

---

### **TRF reconhece regularidade do curso especial de direito para beneficiários da reforma agrária e agricultores familiares – Site do INCRA. 24/08/2012**

Em sessão de julgamento desta sexta-feira, 24, a Sexta Turma do Tribunal Regional Federal da Primeira Região (TRF 1ª), julgou, por unanimidade, procedentes as apelações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e da Universidade Federal de Goiás (UFG) interpostas contra sentença da Justiça Federal de Goiás, que havia julgado procedente Ação Civil Pública (ACP) ajuizada pelo Ministério Público Federal de Goiás (MPF/GO).

Na sentença, o juízo de primeiro grau havia acolhido o argumento do MPF/GO de que a criação do curso seria ilegal por violar o princípio da igualdade, ao privilegiar determinado grupo de pessoas em detrimento de outras, determinando assim a extinção da turma especial de direito para beneficiários da reforma agrária e de agricultores familiares, criada pelo Incra e UFG no âmbito do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera).

Mas, em inquérito civil público arquivado em 2006, o MPF já havia reconhecido a regularidade da criação da turma no âmbito do Pronera, por ser uma ação complementar a este programa, que se caracteriza como um conjunto de políticas públicas promotoras de uma melhor distribuição das terras e do desenvolvimento social e econômico dos beneficiários.

Relator do caso, o juiz federal convocado Marcelo Douzany, seguido pelos demais julgadores, entendeu que, em função do arquivamento anterior do Inquérito Civil, o procurador da república Rafael Perissé não poderia ter ajuizado a ACP em 2009, faltando ao autor interesse de agir. Assim, ao analisar os recursos, o magistrado acolheu a preliminar suscitada pelo Incra e pela UFG, reconhecendo a constitucionalidade, legalidade e regularidade da existência da turma especial de Direito, como anteriormente já havia entendido o próprio MPF, por uma de suas Câmaras de Coordenação e Revisão – razão pelo qual o processo foi extinto sem apreciação do mérito.

Em outros termos, segundo esclarece o Procurador-Chefe da PFE/Incra, Junior Fideles, é possível dizer que o Tribunal reconheceu que o Ministério Público nem poderia ter ajuizado a ação. Para efeitos práticos, é como se ela não tivesse existido.

Desde 2009, a PFE/Incra vem atuando em defesa da turma. No julgamento de hoje, em sustentação oral, as teses do Incra e da UFG foram apresentadas ao Tribunal pelo procurador federal Josué Tomazi, ocasião em que estavam presentes vários trabalhadores e estudantes já formados em Direito pela primeira turma especial. Eles receberam seus diplomas no domingo, 11, em cerimônia de colação de grau na Cidade de Goiás-GO. Com a decisão de hoje, ficam asseguradas tanto a validade destes diplomas quanto a continuidade do projeto, que prevê a abertura de novas turmas de direito.

---

## **1 em 4 cidades registra área rural maior que território. Aguirre Talento e Helton Simões Gomes – Folha de São Paulo. 27/08/2012**

*Dado é indício de apropriação ilegal de terras, conhecida como grilagem. Problema é tão comum em RO, MS e GO que soma dos registros supera superfície dos próprios Estados.*

Um em cada quatro municípios brasileiros tem mais propriedades rurais cadastradas do que a sua própria superfície territorial, indício da apropriação ilegal de terras, conhecida como grilagem.

Dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) obtidos pela Folha com base na Lei de Acesso à Informação mostram que a situação ocorre em 1.355 das 5.566 cidades brasileiras (24,3%).

"Sabíamos que em alguns municípios esse problema ocorria, mas é uma grande surpresa serem tantos assim, no Brasil inteiro", afirmou Girolamo Treccani, professor de direito agrário da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Em Rondônia, Mato Grosso do Sul e Goiás, esse problema fundiário é tão frequente que a soma dos registros de terra supera a superfície dos próprios Estados.

Em um hipotético município onde todos os registros de terra são regulares, a soma dessas áreas jamais atingirá 100% da superfície apontada pelo IBGE, já que toda a zona urbana, por exemplo, fica fora dessa conta.

O especialista da UFPA considera que os dados são "prova inquestionável" da ocorrência de grilagens.

O Incra, porém, é mais cauteloso e afirma que o problema também pode ocorrer por erro dos servidores do órgão no momento de preencher um cadastro de imóvel rural.

Mas, além disso, existe a possibilidade de fraude no sistema do órgão, o que seria um tipo de grilagem virtual.

Para Evandro Cardoso, coordenador nacional do cadastro rural do Incra, a inconsistência na base de dados ocorre porque o proprietário do imóvel é o responsável pelos dados declarados.

Segundo ele, o órgão tem tomado medidas para checar os dados e corrigir o problema -fechou uma parceria com o Exército para tentar combater o que seus técnicos chamam de "inconsistências" na base de dados.

### **CONFLITOS**

A sobreposição de terras (quando uma propriedade está registrada no mesmo local de outro imóvel) é um dos combustíveis dos conflitos agrários.

Das 144 mortes por disputas agrárias registradas nos últimos cinco anos pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), 45 (31%) ocorreram em cidades onde há mais registros do que terras.

O caso mais significativo é o do município Ladário (MS). A cidade tem 34 mil hectares, mas seus registros de terra chegam a 397 mil hectares (11 vezes a mais).

Procurados, assessores da prefeitura não responderam.

---

Agricultores do Piauí participam de seminário sobre Crédito Fundiário e reforma agrária

29/08/2012 04:20

Discutir as políticas públicas para acesso a terra e aprofundar o conhecimento sobre os contratos dos programas de financiamento do Crédito Fundiário. Com esse intuito, cerca de 400 agricultores familiares de cem municípios piauienses participarão do Seminário Estadual da Agricultura Familiar e Reforma Agrária, de 29 a 31 de agosto, no Centro de Formação e Estudo Sindical e Trabalhadores Rurais da Fetag/PI, na capital Teresina. Os participantes do evento vão obter informações do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) – no conjunto de medidas do Plano Safra da Agricultura Familiar 2012/2013 – sobre adimplência, linha para custeio, compra de máquinas e assistência técnica, entre outros temas.

“Esse encontro é muito rico. Ao mesmo tempo em que proporciona a troca de experiências e saberes, permitindo o fortalecimento dessas famílias, também é um momento de monitoramento das políticas públicas, a partir do entendimento do cidadão beneficiado por essas políticas”, explicou o secretário nacional de Reordenamento Agrário do MDA, Adhemar Almeida.

No seminário organizado pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Piauí (Fetag/PI), em parceria com o MDA, Adhemar apresentará os avanços do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), em especial a Resolução 4.128, que prevê o adiamento automático de parcelas vencidas, por um ano, em municípios que decretaram estado de emergência ou calamidade, decorrente de fenômenos climáticos (enchente ou estiagem).

A programação inclui uma análise da conjuntura nacional e estadual da reforma agrária e do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), a apresentação da legislação em vigor para a operacionalização do PNCF, além de uma série de palestras. O encerramento do encontro está destinado aos debates a fim de propor melhorias para o programa no estado.

#### PNCF

O Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) ou Crédito Fundiário – como é conhecido no meio rural – é uma política pública executada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, criada para que os agricultores familiares sem terra ou com pouca terra possam adquirir imóveis rurais. O programa funciona como uma política complementar à reforma agrária, uma vez que permite a aquisição de áreas que não são passíveis de desapropriação.

Além da terra, o financiamento permite ao agricultor construir sua casa, preparar o solo, comprar implementos, ter acompanhamento técnico e o que mais for necessário para se desenvolver de forma independente e autônoma. O financiamento pode ser individual ou coletivo.

Desde sua implantação, em 2003, o PNCF já beneficiou mais de 94 mil famílias. No Piauí, financiou o sonho de 16,3 mil famílias de agricultores familiares, num investimento de mais de

R\$ 302 milhões.

---



## **Cezar Britto sobre curso de Direito da Terra: a Justiça não deve ser um fenômeno urbano. Mayrá Lima – Site do MST. 28/08/2012**

Na última sexta-feira (24), os desembargadores do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) negaram, por unanimidade, a ação civil impetrada pelo Ministério Público de Goiás que pedia a extinção da turma de Direito Evandro Lins e Silva, formada por filhos e filhas de trabalhadores rurais, por considerar o curso de Direito fora da realidade rural.

Segundo o ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e advogado da turma, Cezar Britto, o Ministério Público Federal (MPF) já havia arquivado um inquérito civil de mesmo teor argumentativo, ao considerar que as turmas para trabalhadores rurais são de fundamental importância social e pública.

“Ao afirmar que quem mora no campo não tem direito a viver o direito, esqueceu-se o MPF de que o Poder Judiciário não é um prédio físico, localizado em alguma rua da cidade. Ao contrário, o conceito de Justiça é o de que deve se aplicar a todos: urbano ou rural, pobre ou rico, nascido em berço esplêndido ou numa pequena manjedoura”, disse.

A vitória da turma Evandro Lins e Silva abre precedente para outros cursos promovidos através do Programa Nacional de Educação do Campo (Pronea) e que estão sendo questionados pelo Poder Judiciário. Para Britto, reconhecer a constitucionalidade dos convênios entre Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) e as universidades é importante, mas a “voz do campo será fundamental para a construção de um novo direito”.

Confira a entrevista do ex-presidente da OAB, Cezar Britto, concedida à Página do MST.

### **Em quais argumentos foi baseada a ação do Ministério Público Federal de Goiás?**

A tese principal do Ministério Público Federal consistiu da afirmação de que a “flagrante inconstitucionalidade do convênio” celebrado entre a Universidade Federal de Goiás (UFG) e o Incra pelo fato de que a “fixação do homem no campo com condições de sobrevivência e desenvolvimento que valida a desapropriação e a transferência de terras aos assentados, e tal objetivo sequer tangencia com a formação técnico-jurídica que se pretende conferir aos assentados com a criação do curso de direito pelo INCRA/UFG”. Nesta mesma linha de argumentação, o Ministério Público Federal, disse que “o habitat do profissional do direito, em qualquer das vertentes, é o meio urbano, pois é nesta localidade que se encontram os demais operadores jurídicos”.

### **Qual foi a linha da argumentação da defesa?**

A defesa apresentou várias argumentações: a primeira decorria do fato de ter o magistrado reconhecido a “validade das atividades acadêmicas integralizadas pelo corpo discente”, bem assim o fato jurídico superveniente (a conclusão do curso e a consequente colação de grau) proteger a Turma Evandro Lins e Silva, quer seja pela coisa julgada, quer seja pela teoria do fato consumado a fazer perder o objeto da ação civil pública, porque não poderia a decisão prejudicar os bacharéis que, de boa-fé, concluíram o curso, quando não existe o verbo “desensinar”.

Outra linha de defesa foi a de que o processo estava nulo porque dele não foram citados os bacharéis, cuja decisão pela extinção da turma tinha reflexo direto nas suas vidas. Também se argumentou - e esta foi a decisão que se fez vencedora, não se analisando as demais - que o MPF local não poderia ter ajuizado a ação, porque o colegiado superior já mandara arquivar o inquérito civil público específico para esta turma especial de direito. Neste caso, não se poderia falar em autonomia individual do membro do MPF, pois não havia vazio decisório na questão. O TRF1, por unanimidade, entendeu que o inquérito civil público por decisão colegiada superior se fez vinculante e extinguiu a ação.

### **Ao dizer que o curso de Direito não faz parte da realidade do meio rural, o Ministério Público de Goiás não estaria sendo preconceituoso?**

Claro que sim. Ao afirmar que quem mora no campo não tem direito a viver o direito, esqueceu-se o MPF de que o Poder Judiciário não é um prédio físico, localizado em alguma rua da cidade. Ao contrário, o conceito de Justiça é o de que deve se aplicar a todos: urbano ou rural, pobre ou rico, nascido em berço esplêndido ou numa pequena manjedoura. A Justiça não pode, não deve ser apenas um fenômeno urbano, criando categorias distintas de cidadãos brasileiros: os que têm Justiça e os que sequer podem viver com ela.

O Brasil não vive “O Admirável Mundo Novo” de Aldous Huxley, divididos em castas, criadas em laboratórios ou condicionadas no avançar do tempo, como alfas; betas; gamas; deltas e ipsilons. No Brasil, a educação é forma de inclusão, de combate à desigualdade, de afirmação da pessoa humana como razão de ser do Estado.

### **Quais os próximos passos? Há risco de outras ações?**

Agora é aguardar a publicação da decisão que, em tese, ainda cabe recurso. Mas é importante lembrar que, caso vitorioso o MPF em seu recurso, o processo teria que ser julgado nas demais matérias, inclusive no seu preconceituoso mérito. O importante é saber que a turma Evandro Lins e Silva pode seguir adiante no seu trabalho, pois ela é melhor garantia de que o habitat do campo será abrigo seguro para o campo do direito, pois os seus filhos serão os advogados, magistrados e promotores e advogados, não precisando daqueles que nasceram na cidade para que lhes defenda nos tribunais, como ocorrera neste caso.

### **Qual a importância do PRONERA no combate às desigualdades na educação rural?**

Fora exatamente para permitir a sobrevivência com dignidade da pessoa humana que mora no campo e o desenvolvimento sustentável de sua importante atividade é que fora criado o PRONERA e a turma especial de direito. E fixar o homem no campo é dar-lhe a certeza da segurança, da sobrevivência decente, da igualdade de tratamento, da liberdade de ir e vir não são sementes a serem jogadas em sólido árido.

É reconhecer o seu direito à moradia, princípio fundamental, não se aceitando a lógica de que mais de seiscentas mil famílias rurais moram em casa de taipa, quando não em barracas de lona ou em senzalas nas fazendas que ainda se utilizam do trabalho escravo. É lhe garantir que o simples e necessário direito de beber água potável não está condicionando à vontade de um chefe político de plantão, que escolhe que o local em que o carro-pipa vai passar. É aplicar-lhe o constitucional direito à saúde, esta não mais conceituada com o ato de implorar o envio de uma ambulância que o levará o doente a um abarrotado hospital da cidade grande.

É fazer real o direito à educação, como dever do estado, não mais se admitindo que 40 % dos trabalhadores rurais são analfabetos ou que mais de três milhões de criança e adolescentes que estão fora escola. É saber que o seu pedaço de terra lhe permitirá o seu sustento e o de sua família, que o fruto do seu trabalho será comercializado a preço justo, é conhecer o conceito de arrendamento, de contrato de compra e venda da safra, de seguro para proteger a produção, evitando, assim, os atravessadores ou aqueles que buscam o lucro fácil sem o suor do labor. É ser conhecedor dos direitos trabalhistas dos empregados rurais, da importância da carteira assinada, do direito à aposentadoria quando corpo cansar do sol e da chuva que lhe castiga a alma.

É conhecer dos créditos rurais, saber identificar os juros extorsivos e, se o tempo não ajudar na colheita, renegociar dignamente o contrato, para que não lhes levem os anéis e os dedos. É conhecer do direito ambiental, das licenças ambientais, dos crimes ambientais, do crédito de carbono, para melhorar o seu desempenho e, com ele, o planeta. É saber do direito de propriedade, do valor jurídico da posse, da legislação aplicável aos beneficiários da Reforma Agrária e, sobretudo, das formas legais e técnicas de solução dos conflitos agrários. É fazer com que, como ensinou Dom Helder Câmara, as leis deixem o papel para ganhar as ruas e, sobretudo, o campo.

#### **Esta vitória abre precedente para outros cursos que também estão sendo questionados?**

Não tenho dúvida, pois a decisão do MPF que restara como última palavra a ser seguida é aquela que reconhece a constitucionalidade do convênio assinado pela UFG e o INCRA. Espero que ela seja multiplicada noutras turmas. A voz do campo será fundamental para a construção de um novo direito, especialmente quando questionar o patrimonialismo plantado no Brasil desde o descobrimento.

---

#### **Pronera pretende avaliar educação no campo após pesquisa – Site do INCRA. 28/08/2012**

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) está mapeando os projetos de educação no campo realizados em parceria com universidades públicas ou sem fins lucrativos para identificar as potencialidade e necessidades do programa. A II Pesquisa Nacional sobre Educação na Reforma Agrária (II PNERA) já está em campo e vai levantar as instituições realizadoras, cursos, professores, alunos e movimentos sociais beneficiados pelo Pronera. A apuração vai desde o início do programa, em 1998, até 2011.

De acordo com o professor Bernardo Mançano Fernandes da Universidade Estadual Paulista e coordenador da cátedra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, haverá um levantamento em 258 cursos que foram realizados durante os 13 anos de existência do Pronera, com cadastro de todos os participantes, em vários níveis: alfabetização, ensino médio, médio técnico, ensino superior e especialização. “Nós temos uma estimativa de aproximadamente 350 mil alunos, de maneira que vamos ter um cadastro, um banco de dados que vai se chamar Data Pronera, onde vamos ter registradas todas as informações.”, ressalta.

Este levantamento de dados é a primeira fase da pesquisa, que conta com trinta pesquisadores selecionados por meio de parceria entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Esta frente de trabalho é coordenada em parceria com a Cátedra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial.

Após o levantamento de dados, haverá análise sobre as repercussões do Pronera em relação aos assentados, aos assentamentos, às instituições de ensino e aos órgãos gestores de políticas educacionais, para verificar a potencialidade do programa, por meio de seus cursos.

De acordo com a pesquisadora Brancolina Ferreira, do IPEA, é possível que a segunda fase da pesquisa, que é uma análise qualitativa dos dados colhidos, inicie enquanto a primeira ocorre. “A gente vai ver como os cursos se comportaram, e como é que foi a demanda por cursos em cada estado a partir das próprias superintendências regionais do Incra. Com isso, a gente vai ter um quadro bem geral dos alunos dos cursos e dos apoiadores. Teremos uma ideia do passado para nos programarmos para o futuro.”, ressalta.

A última fase conta com pesquisa junto à base de dados do Ministério da Educação, relativa ao Censo Escolar para atualizar os índices educacionais dos assentamentos. Esta terceira fase deverá fornecer informações referentes à oferta educacional das escolas, à formação de professores, infraestrutura e gestão dos processos pedagógicos.

A previsão de duração da primeira fase da Pesquisa é de setembro de 2012 a abril de 2013 e os resultados já analisados serão divulgados até junho de 2013.

A segunda e terceira fases estão previstas para o período de janeiro a junho de 2013. Os resultados finais da II PNERA deverão ser apresentados em agosto de 2013.

Participam ainda, como instituições de apoio à pesquisa, o Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural/FAO e o Observatório de Educação do Campo/CAPES.

---

### **TO: Assentamentos estão isentos do pagamento de licenciamento ambiental – Site do INCRA. 29/08/2012**

O Ministério Público Federal (MPF), o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e o Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins) renovaram até 2016 o Termo de Compromisso Extrajudicial de Ajuste de Conduta. A medida visa promover a regularização na aplicação de créditos referentes ao desenvolvimento do assentamento (Implantação, Infraestrutura etc.), além de possibilitar a aplicação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), principal componente do Plano Safra.

A iniciativa objetiva ainda assegurar a adequação das medidas necessárias ao cumprimento das exigências previstas para regularização ambiental, bem como estabelecer prazos para implementação das ações exigidas para o licenciamento de todos os assentamentos da reforma agrária promovidas pelo Incra no Tocantins.

O Governo do Estado do Tocantins, em atendimento ao pleito encaminhado pela regional do Incra, encaminhou à Assembleia Legislativa proposta de lei sobre a isenção ao Incra e ao

pequeno produtor rural familiar das taxas de licenciamento ambiental. Isso representa economia de mais de cinco milhões de reais aos cofres públicos, considerando os projetos de assentamento ainda passíveis de licenciamento.

---

### **SE: Projeto apresenta alternativas produtivas para assentados do semiárido – Site do MDA. 30/08/2012**

Agricultores assentados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá), autarquia vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), no projeto de assentamento Pioneira, em Poço Redondo, no Alto Sertão Sergipano, participaram de apresentação sobre projeto que pretende implantar alternativas produtivas melhor adaptadas ao clima semiárido. O evento foi realizado na última quinta-feira (23).

O projeto, desenvolvido pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de Sergipe (Semarh), com a participação de técnicos do Incra no próprio assentamento, pretende contribuir para o desenvolvimento de ações que aliam geração de renda e preservação ambiental. “Esse programa constrói com a comunidade uma proposta de manejo sustentável da caatinga, aliando conservação ambiental à possibilidade de geração de renda para as famílias”, ressaltou Ivana Sobral, coordenadora do Núcleo de Meio Ambiente do Incra em Sergipe.

O trabalho, que integra as ações do Programa Sergipe Combatendo a Desertificação em Assentamentos e Comunidades com Mecanismos e Tecnologias Sociais, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), vai instalar no assentamento unidades produtivas de referência, por meio da aplicação de sistemas agroflorestais e da estruturação de cadeias produtivas, além da recuperação de áreas degradadas. Ao todo, participarão das ações do projeto 18 famílias assentadas no local.

---

### **Procuradoria Federal do Incra tem nova chefia – Site do MDA. 30/08/2012**

O procurador federal Sérgio de Britto Cunha Filho assumiu, nesta quinta-feira (30), a Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (PFE/Incrá), autarquia vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). “Pretendo dar continuidade ao notável trabalho do meu antecessor na definição de estratégias jurídicas que auxiliem o Incra na promoção da reforma agrária, titulação das comunidades quilombolas, regularização fundiária e em suas demais finalidades institucionais”, afirmou Britto.

Nos últimos 15 meses, Júnior Divino Fideles esteve à frente da PFE/Incrá. A relação do procurador com o Incra ultrapassa os anos de trabalho. Filho de trabalhadores rurais assentados, ele levou para a Procuradoria não só uma perspectiva próxima da realidade dos assentamentos, como, também, o compromisso jurídico de significativa contribuição para as políticas públicas que envolvem essa realidade no campo. Em sua mensagem de despedida, Fideles salienta que “uma verdadeira advocacia pública deve dialogar não só com seu cliente imediato, a administração ou o governo, mas, também, com o cidadão que, para ver realizado alguns de seus direitos, depende da qualidade do serviço desempenhado pelo órgão jurídico que assessora e defende os interesses diretos da administração e indiretos da sociedade”.

## Perfil

Sérgio Britto é procurador federal desde agosto de 2002. Nasceu no Rio de Janeiro, onde fez sua graduação em Direito e tornou-se mestre com o projeto A Constituição de 1988 e a diminuição do poder estatal de desapropriar os imóveis rurais para fins de reforma agrária. Atuou na PFE/Incrá do Rio de Janeiro de 2003 a 2007. Em seguida, assumiu o cargo de coordenador-geral da Coordenação-Geral Agrária de Procedimentos Judiciais e de Pesquisa na Consultoria Jurídica do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) até 2009, quando passou, então, a atuar na Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República.

---

## **Ibama concede licenças ambientais para três assentamentos em Goiás – Site do MDA. 31/08/2012**

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) expediu três Licenças de Instalação e Operação (LIO) para projetos de assentamento de reforma agrária em Goiás: Eldorado dos Carajás e Francisco Roque da Cruz, no município de Caiapônia; e São João do Bugre, na Cidade de Goiás, foram contemplados com a LIO. Com as três licenças, o estado totaliza 13 licenças expedidas pelo órgão ambiental para assentamentos em 2012.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária de Goiás (Incrá/GO) vai, agora, encaminhar orientações da licença para colocar projetos de manejo sustentável em prática. Esses documentos permitem que o Incra/GO crie novos assentamentos e legalize a situação de projetos existentes. As licenças irão beneficiar 158 famílias.

A LIO é uma licença que autoriza a implantação e operação dos assentamentos, observadas a viabilidade técnica das atividades propostas, as medidas de controle ambiental e demais condicionantes para sua operação.

Em Goiás, 69 assentamentos possuem a LIO.

---

## **MS: Reforma agrária volta a ser agilizada – Site do INCRA. 31/08/2012**

As ações da reforma agrária em Mato Grosso do Sul retomam seu ritmo normal neste mês, após um período de embates judiciais. Os trabalhos do Incra foram suspensos por determinação da Justiça Federal, que impediu aquisições e desapropriações de áreas rurais para fins sociais. A ordem judicial começou a vigorar em agosto de 2010, provocada por uma ação pública com pedido de liminar, impetrada pelo Ministério Público Federal (MPF). Na solicitação o impetrante alegava que o total de lotes da reforma agrária passível de retomada por parte do Incra-MS, daria para assentar as famílias de sem-terra acampadas nos municípios do sul do Estado. A partir dessa constatação, o Incra-MS vistoriou em todo o sul do Estado um total de 14 mil lotes, registrando algum tipo de irregularidade em menos de 10% dos lotes.

Segundo o superintendente no Incra-MS, Celso Cestari Pinheiro, o trabalho seguirá normalmente a partir de agora. Ele explicou que desde outubro do ano passado faz um levantamento sobre as áreas rurais que podem ser incluídas na reforma agrária. “Já vistoriamos 30 propriedades rurais, num total de pouco mais de 80 mil hectares. Também temos outros 70 mil hectares em processo de vistorias. Isso demonstra que temos possibilidades de dar

continuidade ao processo de assentamento de trabalhadores rurais sem-terra no Estado, de uma maneira mais tranquila, com folga na projeção do sistema de assentamento”.

Cestari disse ainda que “o caminho a ser tomado é do preenchimento dos espaços vazios existentes no Estado. Ora, viajamos horas e horas em uma estrada, tendo dois dos lados das rodovias, apenas pasto, um vazio enorme. Temos bons exemplos na ocupação desses espaços. Um deles é o Assentamento Casa Verde no leste do Estado, que acabou sendo um distrito do município de Nova Andradina, este ano. Temos também os assentamentos Itamarati I e Itamarati II, em Ponta Porã, extremo sul na divisa com o Paraguai, que logo, logo, será um novo município, como aconteceu com vários outros assentamentos que hoje são verdadeiras cidades centrais de novos municípios”.

---

### **Incra e MPF iniciam entendimento para atuação na Amazônia Legal – Site do MDA. 31/08/2012**

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e o Ministério Público Federal (MPF) iniciaram uma nova agenda de entendimentos para aperfeiçoar a atuação da Reforma Agrária na Amazônia Legal.

Para isso, o Incra, por meio da Coordenação Geral de Meio Ambiente e Recursos Naturais apresentou ao Grupo de Trabalho da Amazônia Legal do MPF, que se reuniu em Brasília nesta quinta e sexta-feira (30 e 31), uma agenda de atuação sustentada em quatro eixos: a regularização ambiental via Cadastro Ambiental Rural (CAR); a recuperação ambiental com renda e segurança alimentar para as famílias; a valorização do ativo florestal com destaque a projetos de assentamento ambientalmente diferenciados onde vivem as mais de 17 mil famílias que recebem o Bolsa Verde e o monitoramento e controle dos assentamentos. Os eixos irão compor o Plano de Prevenção e Combate ao Desmatamento Ilegal em Assentamentos da Amazônia Legal.

As análises da área ambiental do Incra apontam para uma mudança no rumo da Reforma Agrária na Amazônia Legal a partir dos anos 2000, observa o coordenador da área no Incra, Carlos Eduardo Sturm. Na última década, a ênfase dos assentamentos na região foi a sustentabilidade, o que se confirma pela criação de projetos ambientalmente diferenciados e o reconhecimento de populações tradicionais em Unidades de Conservação.

Para Sturm, a supervisão do MPF sobre a implantação dos eixos propostos será um importante instrumento para consolidar a atuação do Incra como elemento promotor da sustentabilidade que se pretende para a região.

Para apresentar os encaminhamentos firmados com o MPF, no início da próxima semana, o presidente do Incra, Carlos Guedes, se reúne com todos os Superintendentes Regionais da autarquia na Amazônia Legal, em Belém, a fim de buscar na experiência de cada superintendência a melhor maneira de implementar as ações propostas, considerando que cada estado tem suas peculiaridades.

A agenda em Belém inclui ainda reuniões com órgãos do governo estadual e com representantes de organizações da sociedade civil.

---

**PB: Usina Tanques é de interesse social para a reforma agrária – Site do INCRA.  
31/08/2012**

Os imóveis rurais denominados usina Tanques/Capoeira, localizados no município de Alagoa Grande, no brejo paraibano, a 107 km de João Pessoa, foram declarados de interesse social para fins de reforma agrária através de Decreto Presidencial publicado no Diário Oficial da União no último dia 21 de agosto.

O ouvidor agrário Varlindo Nóbrega e o chefe da divisão de Obtenção de Terras, José Edvaldo se reuniram com os posseiros da fazenda, na tarde de quarta-feira, 29, na sede dos imóveis, além de representantes da Emater e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município. O objetivo foi tirar dúvidas levantadas pelas famílias que moram nas terras há muitos anos e gostariam de saber detalhes sobre as próximas etapas do processo de desapropriação.

**Marco histórico na reforma agrária**

A desapropriação das terras tem um grande significado na história da reforma agrária na Paraíba. As fazendas, na década de 70, eram usadas para produção de cana-de-açúcar destinada a usina Tanques, que ficava dentro das propriedades. Foi lá onde a líder camponesa, Margarida Marida Maria Alves, assassinada em 1983, se destacou na luta por melhores condições de trabalho para os operários e operárias que não tinham sequer carteira assinada. Foi justamente na estrutura da usina, hoje em ruínas, que as famílias se reuniram para ouvir a leitura do decreto de desapropriação das terras que irão ser delas e para tirar as dúvidas sobre como será o futuro.

Margarida, que morava em Alagoa Grande, foi uma das mulheres pioneiras das lutas pelos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais no Brasil. Após a sua morte se tornou um símbolo político, representativo das trabalhadoras rurais, que deram seu nome ao evento mais emblemático que realizam: a Marcha das Margaridas, uma mobilização nacional que reúne em Brasília milhares de trabalhadoras rurais no dia 12 de agosto.

Com a publicação do decreto, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) fica autorizado a promover a desapropriação e dar andamento à criação de um novo projeto de assentamento na área de aproximadamente 860 hectares, e com capacidade para assentar 60 famílias de trabalhadores rurais.

Para o superintendente regional do Incra, interino, na Paraíba, Cleofas Caju, com a publicação do decreto, chega ao fim um conflito antigo que envolvia as terras da usina. “Na verdade, o Incra regional vive um momento importante na reforma agrária com a publicação desse decreto, que foi publicado no mês que completa 29 anos da morte de Margarida Maria Alves. As terras da usina Tanques, ao longo dos anos, se tornaram uma das maiores bandeiras de lutas dos trabalhadores, principalmente, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, desde a época de Margarida Maria Alves, até agora”, afirmou.

“Esperamos que em breve, com a criação do projeto de assentamento, esses trabalhadores possam produzir e gerar renda para suas famílias”, concluiu o superintendente interino.

---



**Coordenador**  
Sergio Leite

**Pesquisadores**

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,  
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,  
Georges Flexor, Jorge Romano, Lauro Mattei,  
Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal,  
Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

**Assistentes de Pesquisa**

José Renato S. Porto, Karina Kato,  
Valdemar João Wesz Junior

**Secretária**

Diva de Faria



**CPDA** Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais  
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: [www.ufrj.br/cpda/oppa](http://www.ufrj.br/cpda/oppa)